

## Ata Circunstanciada da 9ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 9ª  
(NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DEBATER O INÍCIO DO ANO LETIVO NAS  
ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL,  
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025.**

**INÍCIO ÀS 15H**

**TÉRMINO ÀS 18H48MIN**

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – De acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.773/2025 e conforme art. 131, § 4º, está aberta a sessão ordinária, que se transforma em comissão geral para debater o início do ano letivo das escolas públicas do Distrito Federal.

Convido as senhoras e os senhores deputados, as autoridades, bem como todos e todas aquelas que desejarem a participarem do debate em plenário.

Suspendo a presente comissão geral.

(A sessão é suspensa.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Reinício os trabalhos. Está aberta a comissão geral para debater o início do ano letivo nas escolas públicas do Distrito Federal.

Boa tarde. Tudo bem com vocês? Quero dar boas-vindas a todas as pessoas presentes.

Peço licença a vocês, antes de iniciarmos a comissão, pois quero me manifestar sobre um assunto. Provavelmente vocês viram também que, na manhã de hoje, a secretária de saúde entregou o cargo. Quero, na verdade, lamentar não só a entrega do cargo da secretária de saúde, mas também a indicação pelo governador Ibaneis do novo secretário de saúde, que é o atual presidente do IGESDF.

Falo isso porque vivemos uma grande crise na saúde pública do Distrito Federal. Quem já precisou enfrentar uma fila na UPA, em algum hospital ou na UBS, sofreu muito nesses últimos anos. Temos apontado, inclusive, que parte desta crise hoje instalada na saúde pública do Distrito Federal é por conta do processo crescente de terceirização e privatização da saúde. O IGESDF é um dos culpados pela crise da saúde. E, agora, o governador resolve nomear o presidente do IGESDF secretário de saúde. Essa é uma completa inversão e violação dos princípios fundantes do Sistema Único de Saúde, que vai exigir da sociedade civil e desta casa que se intensifique ainda mais a luta em defesa do SUS, pelo controle social e por transparência.

Nós temos protocolado, na Câmara Legislativa, um pedido de CPI do IGESDF, de CPI da Saúde, que, na minha opinião, após esse ato do governador, torna-se urgente e necessário. Estou falando do IGESDF que existe desde o início do governo Ibaneis e nunca prestou contas. Ainda não houve nenhuma conta aprovada, por exemplo, no Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Quero lamentar isso. É muito grave a situação que nós estamos vivendo.

E, ao falarmos de terceirização, quero dar um exemplo real disso, porque, às vezes, pode parecer um pouco distante o impacto da terceirização e da privatização na ponta.

O governo, no início deste ano, fez uma audiência pública virtual para apresentar o projeto de terceirização da rede de exames e laboratórios do Distrito Federal. Acho que todos nós lembramos, no ano passado, a crise que houve no Rio de Janeiro com relação à privatização da rede de laboratórios.

Houve pessoas que foram fazer exames de sangue na rede pública terceirizada e foram pegas de surpresa ao serem contaminadas com o vírus HIV, porque a empresa não tomou os devidos cuidados para evitar a contaminação. É este o impacto da privatização e da terceirização na vida das pessoas: piorar ainda mais o atendimento da saúde no DF.

Infelizmente, quero lamentar esse fato e colocar à disposição o nosso mandato. Já estamos conversando com os sindicatos e os conselhos no sentido de fazer uma agenda de muita mobilização. A CPI da Saúde é fundamental para aumentar a disputa pelo controle social na saúde pública do DF.

Agradeço a licença para fazer esse comentário.

Convido para compor a mesa os seguintes convidados: a diretora do Sindicato dos Professores do DF, Sinpro-DF, professora Márcia Gilda; o diretor de Relações Institucionais do Sindicato dos Trabalhadores em Políticas Públicas e Gestão Educacional de Suporte Operacional, Administrativo e Pedagógico no âmbito da Rede Pública de Ensino e Educação Básica Superior do DF, o SAE-DF, Victor Hugo Borba; o representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a Ubes, estudante Hugo Leopoldo – eu não sei se ele já chegou –; o representante da Associação dos Diretores e ex-Diretores das Escolas Públicas do DF, Adeep, Paulo Gileno Ribeiro; e a representante do Movimento Autônomo de Mães, o Mama, Rosilene Silva da Costa. (Palmas.)

Antes de iniciarmos o nosso debate, eu gostaria de citar que convidamos representantes do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal. A Secretaria de Economia justificou a sua ausência e não poderá comparecer. Temos dito muito – não é, Márcia? – que escola boa se faz com dinheiro. Precisamos de orçamento, pois só o amor – que temos muito – não está resolvendo. Também lamentamos a ausência de representantes da Secretaria de Educação, que é forte e vigorosa, com vários servidores, mas, infelizmente, eles justificaram que nenhum servidor teria agenda disponível para estar presente hoje nesta comissão geral para avaliarmos o início do ano letivo. É um sintoma das dificuldades que vamos apresentar hoje.

Quero justificar a ausência do doutor Anderson Pereira de Andrade, da ProEduc, Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, do Ministério Público do Distrito Federal. Ele tem sido um grande parceiro e nos ligou dizendo que está fora de Brasília, em viagem, e por isso não pôde comparecer, mas deixou sua saudação para este plenário e colocou a ProEduc à disposição. Faço esse registro e faço questão de destacar que a ProEduc tem sido uma grande parceira no sentido de acolher as demandas e pensar junto os problemas da educação no Distrito Federal.

Antes de prosseguir, quero combinar com vocês o seguinte: vamos fazer uma rodada da mesa. Esta é a terceira comissão geral que realizamos desde que assumimos o nosso mandato. Já convido todos para a que será realizada no ano que vem, pois haverá também. Para nós, é importante fazer, no início de cada ano, essa primeira avaliação de como o ano letivo começa no conjunto das nossas escolas.

Eu não tenho dúvida nenhuma, Márcia, de que, neste ano, tivemos o início do ano letivo com uma marca importante, que era algo óbvio e que ajudou muito: a presença de todos os professores e professoras na semana pedagógica. Porque planejamento pedagógico e escolar se faz com todo mundo. Nos últimos anos, infelizmente, não havia isso. Realizávamos a semana pedagógica com metade da rede nas escolas, porque, lamentavelmente, chegamos ao ponto de ter metade da rede, ou mais da metade, que está em regência de classe – estou me referindo à carreira do magistério –, com professores e professoras em contratos temporários, com vínculos mais frágeis com a escola e a comunidade escolar. Isso gera problemas. Já discutimos isso muitas vezes nos últimos anos. Mas a presença de todos na semana pedagógica foi importante.

Participei em várias escolas e, em algumas delas, o pessoal até comentava: “Nossa, 2 dias foram pouco”. Eu dizia: “É, porque fomos desaprendendo”. Nos últimos anos, como eram apenas os professores efetivos, às vezes, a sala dos professores ficava meio vazia durante a semana pedagógica. Em algumas escolas, 2 dias eram até muito, porque não havia muito o que fazer. Como é que você ia fazer um planejamento sem ninguém lá? Havia 3 ou 4 efetivos. Sou de uma regional, São Sebastião, que vive esse drama histórico. Em algumas escolas de São Sebastião, Regina e Berê, o único efetivo é a equipe da direção e os coordenadores; quem está em regência de classe é temporário. Para esses casos, 2 dias era muito. Com todos na escola, vimos que, de fato, há demanda, há muita coisa para ser feita, muito planejamento e muitas atividades para serem pensadas em conjunto, para solucionar problemas. Então, de fato, 2 dias foram pouco.

Acho que iniciamos também uma campanha, de novo, de que a semana pedagógica tem que ser maior, com mais tempo para planejar e com a presença de todos. Eu gostaria de começar com isso,

mas quero dizer também que nosso objetivo é ouvir. Vamos passar agora para as falas iniciais na mesa e, em seguida, abriremos o debate. Quem quiser fazer uso da palavra poderá se inscrever.

Está aqui do meu lado esquerdo o Henrique, a Mônica, a Uriene e o Magno, ali atrás – só para vocês saberem. Levantem a mão, que eles vão até vocês para pegar o nome e a escola, se for o caso. Este não é um debate só para quem é da escola, é para todo mundo. Quem quiser fazer uso da palavra pode se inscrever que nós vamos anotar.

No final, a ideia é que, a partir desse levantamento, possamos também sistematizar as questões que têm sido apresentadas pelas escolas, pois temos visitado as unidades e recebido várias demandas na CEC. Vamos organizar essas questões em um documento e apresentá-lo à Secretaria de Educação, à Secretaria de Economia, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, aos órgãos de controle da cidade e ao Conselho de Educação. Além disso, vamos compartilhar isso com as entidades presentes, para que, juntos, possamos pensar em um calendário de mobilização. A ideia é que possamos ter parte ou a totalidade das nossas pautas atendidas, que é o que almejamos e lutamos nesta casa.

Quero iniciar com alguns dados importantes que identificamos no início do ano letivo de 2025, que são velhos problemas conhecidos da nossa rede.

O primeiro é a aplicabilidade do orçamento da educação no Distrito Federal. No final do ano passado, o SAE, o Sinpro, o conjunto dos segmentos da rede, movimentos de pais, mães e estudantes, denunciaram e cobraram muito o cumprimento do mínimo constitucional de 25% do orçamento próprio que precisa ser investido em educação. O DF atingiu, em 2023, 25,08% e, em 2024, 25,48%.

Para o ano de 2025, o orçamento veio com um superávit, ou seja, um pouco acima dos 25%, de 170 milhões de reais a mais do que o mínimo constitucional. Qual é o problema? Dentro desse superávit, o governo inovou na montagem do orçamento, incluindo o passe livre estudantil dentro do orçamento da educação. São 300 milhões de reais do passe livre estudantil que estão, pela primeira vez na história, computados como despesa educacional. Isso é ilegal, porque a legislação do Distrito Federal diz expressamente que toda a gratuidade do sistema de transporte será custeada pelo próprio sistema. Está na lei do sistema. Portanto, o passe livre estudantil, a gratuidade para a pessoa idosa, a gratuidade para pessoas com deficiência – há um rol de deficiências que permitem a gratuidade no sistema – devem ser custeados com recursos do próprio sistema. O passe livre estudantil não poderia, então, ser destinado para efeitos de composição orçamentária.

Fizemos uma representação no Tribunal de Contas, que, nesta semana, foi acatada. Essa foi uma novidade importante na sessão de ontem. A representação foi acatada pelo Tribunal de Contas e agora vai para a fase de análise técnica e julgamento. Esperamos que isso seja corrigido, pois estamos falando de 300 milhões de reais que estão deixando de ir para a política fim da escola. Falamos, por exemplo, muito do PDAF, do investimento para termos escolas com mais estrutura, que recepcionem melhor os estudantes, os professores e o conjunto dos servidores.

Para termos um parâmetro da dimensão do que são 300 milhões de reais, o PDAF do ano passado, do Poder Executivo, foi de 119 milhões de reais. Trezentos milhões é quase 3 vezes mais, é triplicar o valor do PDAF. Então, Paulo, aquela escola que recebeu... Foram 119 milhões no PDAF, no ano passado, do Poder Executivo; 300 milhões é quase 3 vezes mais. A conta é: a escola que recebeu, no ano passado, 60 mil reais de PDAF poderia, se esses 300 milhões estivessem na conta da educação, por exemplo, receber 180 mil. Essa é a conta. São 200 mil... são 300 milhões a mais. Então, é 4 vezes quase, é 1 mais 3. Isso tem um impacto real na qualidade da escola e poderia servir, obviamente, para que mais servidores fossem nomeados, para que todo mundo fosse convocado – a comissão está sempre presente –, todos os que estão aguardando, e zerar o déficit, que é grande. É preciso convocar já! Trezentos milhões de reais poderiam ser utilizados para haver um calendário já. Inclusive, estamos na fase final de uma ação, uma representação, que fizemos ao Tribunal de Contas do Distrito Federal. Nossa expectativa é que venha uma decisão da corte de contas que determine a nomeação imediata de professores e a nomeação da carreira PPGE, que é fundamental e falta.

Vivenciamos, Márcia, nesta semana, um caso muito triste na Secretaria de Educação. Por isso, quero manifestar solidariedade não só ao professor, mas à escola de uma maneira geral, em Planaltina. O fato foi amplamente divulgado na imprensa. Um professor foi agredido fora da escola. Voltamos a cobrar o papel da gestão central da Secretaria de Educação. O motivo da agressão relatado – isso foi apurado por nós – foi que o professor teria pedido para o estudante guardar o celular.

Há uma lei, este ano, que é novidade, que proíbe o uso de celulares nas escolas. No entanto, falta, por parte da Secretaria de Educação, maior nitidez e orientação para o conjunto da rede de como

proceder e de como operacionalizar essa proibição.

Eu estava conversando com a Berê, de Planaltina. Esse foi um assunto em que houve muita repercussão na imprensa e ouvimos muito, inclusive na imprensa, isto: "Ah, mas na rede privada as escolas estão fazendo umas caixinhas, os meninos colocam os celulares dentro delas na entrada e, depois, os celulares são devolvidos". O problema é que, na escola pública, é preciso que haja estrutura e gente para fazer isso. Quem é responsável por isso não é a escola, mas a Secretaria de Educação, que precisa apresentar solução, fazer orientação e ir a público dizer que está proibido o uso do celular. Ela precisa dialogar com as famílias e com os estudantes. Não dá para lavar as mãos e falar que esse é um problema da escola, porque esse não é um problema só da escola. Na verdade, isso vai virar um problema grave na escola.

Portanto, é preciso que a Secretaria de Educação – esta é a nossa grande cobrança – assumo o papel de gestão, oriente a rede, articule e coordene ações, coordene a política e dialogue com a comunidade escolar. Esse é o papel que esperamos da Secretaria de Educação, que, aliás, o tem desempenhado muito mal.

Vou citar outro exemplo. No início do ano, começamos as aulas com salas superlotadas. Faltam escolas na nossa cidade, o que causa vários problemas, entre eles, salas superlotadas, que têm impacto na qualidade, no trabalho do profissional, no andamento das atividades dentro de sala, para os estudantes. Também há outra consequência: muitas vezes, não há vaga perto da casa onde os estudantes moram e eles acabam utilizando o transporte escolar ou o passe livre mesmo, como disse a secretária. Agora que isso é política educacional! "Se virem, vão para a parada, peguem o ônibus e estudem onde há vaga, não interessa aonde for, porque é de graça!" Ou seja, a secretaria está abrindo mão, inclusive, da responsabilidade de transportar os estudantes até a porta da escola. Essa é uma responsabilidade da Secretaria de Educação. A responsabilidade educacional da Secretaria de Educação não se limita ao ambiente escolar, mas inclui também levar o aluno até a escola. Essa é a responsabilidade constitucional do direito à educação.

No entanto, ouvimos a Secretaria de Educação afirmar que o problema das salas superlotadas ou do transporte escolar se deve à necessidade de inclusão e que os estudantes com deficiência atrapalham esse processo. Isso é algo a ser repudiado. É inadmissível. O que atrapalha, como já dissemos à secretária, não são os estudantes com deficiência, que devem ser, de fato, acolhidos; o que atrapalha é a má gestão da Secretaria de Educação. Esse é o grande problema que estamos enfrentando hoje.

Vou dar mais um exemplo dessa situação, que chamarei de abandono das escolas. Não sei se vocês viram que em uma escola de Ceilândia houve um caso de um menino que se machucou no intervalo, jogando bola. Acho que ele deve ter chutado ou batido na trave de metal, que estava enferrujada, e isso causou uma infecção posteriormente. A partir desse fato, entraram na justiça, que reconheceu que o problema foi a falta de manutenção do equipamento, que estava enferrujado e, ao ocorrer o acidente, agravou a situação. De quem é a responsabilidade sobre os equipamentos da escola e a manutenção deles? É da Secretaria de Educação.

Não podemos, novamente, transferir toda a responsabilidade para a escola. Isso só poderia ser feito caso as escolas – estou falando, Paulo, em nome da Adeep, cuja gestão democrática é um grande avanço –, de fato, tivessem autonomia, o que não acontece, porque a verdadeira autonomia é a capacidade de garantir, inclusive, a nomeação de todos os supervisores, e nem isso tem sido feito. Autonomia de verdade é ter o recurso do PDAF antes de iniciar o ano letivo, num valor considerável para poder fazer, inclusive, toda a manutenção da escola. Mas qual resposta temos escutado cada vez mais da Secretaria de Educação – os diretores e as diretoras de escola podem confirmar se estou mentando ou não – ao pedirmos recurso para, por exemplo, fazermos a manutenção do parquinho, que está enferrujado? Qual é a resposta oficial da Secretaria de Educação? "Pergunte a um parlamentar se ele pode destinar uma emenda parlamentar para esse fim". Não é isso? Então, não há autonomia! Quando houver um problema, é preciso que a Secretaria de Educação assumo a própria responsabilidade.

Estou levantando essas questões porque não tenho dúvida de que o orçamento e a gestão da Secretaria de Educação, definindo prioridades, são fundamentais para que possamos iniciar minimamente o trabalho do ano letivo e, durante o ano letivo – este o nosso intuito e espírito –, oferecer a melhor qualidade de ensino para nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Termino, dizendo algo que tenho falado em várias escolas: defendemos a educação como prioridade da política pública e do orçamento, não apenas porque trabalhamos na escola ou pelos estudantes...

Convido para compor a mesa o Hugo Leopoldo, que representa a Ubes. Obrigado pela presença, Hugo. (Palmas.)

Quando defendemos que a educação deve ser a prioridade da política pública e do orçamento, não é porque nós que trabalhamos na educação e os estudantes somos mais bonitos que os demais – isso talvez seja até uma verdade. (Risos.) Não é por isso que defendemos a educação como prioridade. É por um dado objetivo e material: segundo dados da Secretaria de Educação, neste ano, estão matriculados na rede pública de ensino cerca de 470 mil estudantes. Se somarmos 470 mil estudantes, mais aproximadamente 30 mil professores e cerca de 10 mil servidores da carreira PPGE, fora os terceirizados, estamos falando de mais de 500 mil pessoas que, todos os dias, estão dentro da escola. Faça chuva, faça sol, faça seca de 6 meses ou até se nevar, às 7 horas da manhã, essas pessoas estarão na escola, e a escola estará aberta, funcionando e recepcionando essas 500 mil pessoas.

Se considerarmos o estudo do IBGE, que aponta uma média de 3,48 pessoas por família – vamos arredondar para baixo, para 3 pessoas por família –; 500 mil vezes 3, são 1 milhão e meio de pessoas no DF, onde há 3 milhões de habitantes. Isso representa metade da população, que passa todos os dias dentro da escola. Não existe nenhum equipamento público ou serviço público que dialogue diariamente com metade da população do Distrito Federal. Nenhum!

É por isso que a educação precisa ser prioridade. Além disso, a Constituição estabelece que crianças e adolescentes devem ser tratados com absoluta prioridade pelo Estado, garantindo políticas públicas, inclusive o direito à educação. É por isso que a educação precisa ser prioridade no orçamento e na política pública.

Estamos aqui hoje para avaliar como o ano letivo começou, quais são os problemas, a fim de buscarmos as soluções. Na nossa opinião, a solução passa pelo orçamento, pois é ele que garante condições de trabalho, mais servidores nomeados e efetivos na ponta, inclusive garante que esses servidores tenham melhores condições salariais e de carreira para realizarem o melhor trabalho possível. Não há milagre. Não há fórmula mágica.

Informo também, Márcia, que ouvimos o governador anunciar um reajuste para as forças de segurança nesta semana. Já discutimos isso no plenário com vários parlamentares. Na nossa opinião, há um erro de método do governador Ibaneis. Não se anuncia um reajuste para nenhuma categoria profissional sem combinar com quem assina; no caso das forças de segurança, é o presidente da República e o Congresso Nacional. Não se anuncia um reajuste e, depois, tenta marcar uma reunião com o presidente: “Ah, estou tentando marcar uma reunião com o Lula”. Agora, ele quer falar. O governador Ibaneis Rocha fica pouco em Brasília.

Há um claro erro de método, mas obviamente que é justo um reajuste para qualquer trabalhador nesta cidade – e para os trabalhadores da segurança sem dúvida nenhuma. O que temos questionado – e por isso também chamamos a Secretaria de Economia aqui para fazer esse questionamento a eles, apesar de que já fizemos via ofício – é que faz 2 anos que todos aqui, pelo menos esses 2 sindicatos, escutaram do governador, ao fazerem as suas mobilizações – e todas as outras categorias em geral também escutaram do governador –, que o tratamento seria igualitário, tanto que foi encaminhado para esta casa um projeto de reajuste dos servidores públicos de 18% para todos os servidores públicos, linear, parcelado em 3 anos: 6%, 6% e 6%. Nós escutamos isso do governo.

Então o governo mudou de opinião. Pode mudar de opinião, não tem problema mudar de opinião, mas nós temos que combinar. Se ele acha agora que o correto não é tratar todos os servidores públicos da mesma maneira, linearmente, e é favorecer uma ou outra, ele precisa também dizer para a sociedade, dizer inclusive para esta casa. Por isso que nós estamos pedindo e cobrando, nesse caso do Fundo Constitucional, inclusive que também ajuda no sustento e no custeio da educação e da saúde, que esse tratamento também seja dado para a educação e para a saúde, e para o conjunto de todos os servidores do Distrito Federal.

Na época do reajuste linear, nós chegamos a dizer, inclusive, que o reajuste linear tinha uma injustiça, tinha uma distorção, porque 6% para quem ganha 1 mil reais é 60 reais; 6% para quem ganha 10 mil reais são 600 reais. Você aumenta ainda mais o fosso e a disparidade salarial entre as carreiras. O reajuste linear tem esse impacto, quem ganha mais vai ter um reajuste maior do que quem ganha menos. Esse é o impacto na ponta – quem é professor de matemática, estou errado? O Ibaneis fugiu um pouco dessas aulas na escola.

Era essa crítica que nós fazíamos e foi essa posição que o governo manteve. Nós votamos aqui esse reajuste e agora ele parece que mudou. Isso nós temos cobrado, porque também é justo,

também é legítimo e, na nossa opinião, também é necessário que sejam chamadas categorias de educação para também ter uma proposta real, concreta, de reestruturação das carreiras da educação, que, como eu acabei de dizer, precisam ser e precisam entrar na prioridade absoluta do Governo do Distrito Federal.

Quero citar a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e convidar a Rosilene para compor a mesa. A Berenice também está presente. Eu tenho muito orgulho de ter dividido, Berê e Rosi, a direção e a gestão com vocês. (Palmas.)

Com relação ao tempo de fala na nossa comissão, vou combinar o seguinte: depois de 7 minutos, vai tocar a campainha. Sempre somos muito tolerantes, vamos dar mais 3 minutos para concluir, o microfone vai desligar, mas somos sempre muito abertos. Quem quiser falar da tribuna, fique à vontade, quem quiser falar da mesa também. Depois de ouvirmos os componentes da mesa, nós abriremos a fala para vocês do plenário.

Concedo a palavra ao Paulo Gileno, representante da Associação dos Diretores e ex-Diretores das Escolas Públicas do Distrito Federal, Adeep-DF.

PAULO GILENO RIBEIRO – Boa tarde a todos.

Cumprimento a mesa na pessoa do nosso amigo professor Gabriel. Cumprimento os meus colegas professores do Sindicato dos Professores; os nossos amigos da carreira PPGE, igualmente importantes para o bom andamento das escolas públicas do Distrito Federal. Cumprimento a minha amiga Rosi, de longa data – não é, amiga? Rosi foi minha chefe em Samambaia.

É importante começar destacando um ponto mencionado pelo deputado Gabriel Magno que nos chamou muita atenção e nos deixou estarecidos: o fato de o governador ter anunciado a valorização dos nossos colegas da carreira militar – os policiais militares e os bombeiros –, equiparando-os com o pessoal da Polícia Federal, e simplesmente não ter falado nada em relação às outras carreiras. Parte dos nossos salários também são custeados pelo Fundo Constitucional. Por isso, nós ficamos meio estarecidos. Será que ele se esqueceu de nós? Será que ele esqueceu que a educação pública e a saúde pública também são custeadas, em boa parte, pelo Fundo Constitucional?

Eu e alguns amigos, quando nós nos sentamos para conversar, nos questionamos: por que tamanha desvalorização dos profissionais da educação? Eu vou falar por nós, que somos profissionais da educação, professores e carreira PPGE. Quando nós fazemos uma reunião para falar sobre o início do ano letivo de 2025, quais são as perspectivas para este ano, quais são as nossas preocupações, aquilo que precisa ser melhorado, nós temos que falar, sim, sobre essa questão.

Eu sou o professor Paulo Gileno, estou diretor da Escola Classe 410 há 10 anos. Faz 32 anos que estou no magistério público. Por 15 anos, eu trabalhei com gestão e, por 2 anos, trabalhei na regional de ensino. Eu não me lembro de tamanha desvalorização. Eu posso falar tranquilamente que para este ano letivo começar, certamente todos os gestores que aqui estão, e aqueles que estão nos acompanhando pela internet, sacrificaram seus dias de descanso para ir à escola resolver problemas, para carregar carteira, para ajudar a organizar a escola, para que a escola começasse o ano letivo, para que a escola estivesse pronta para os nossos alunos.

Quando nós falamos sobre desvalorização, vamos nos lembrar de que, ano passado, o governador concedeu um reajuste de 25% para todos os cargos do GDF, exceto para aqueles que trabalham na educação. Tivemos que nos movimentar, juntamente com o Sinpro, para buscar explicações, mas nada acontece. Nós ouvimos, ouvimos, ouvimos, mas nada acontece.

Estou aqui vendo meus amigos que colocaram essas duas faixas aqui. “Chega de discriminação entre gestores!” Há um grupo de gestores que se organizou dentro de uma comissão. Hoje nós temos a Adeep, a Associação de Diretores, que está organizada, e temos também uma comissão, que também está organizada com o intuito de colaborar com a educação pública, juntamente com o sindicato, com o deputado Gabriel Magno, com todos aqueles que realmente demonstram preocupação com a educação pública, não só por meio de discursos, mas de ações. Isso é importante para que possamos realmente melhorar algumas questões essenciais. Uma delas é esta: chega de desvalorização, chega de discriminação. Por que apenas a educação não recebeu os 25%?

Outra questão que está exposta na faixa é sobre a isonomia. Por que diretor de escola classe, de jardim de infância, de educação infantil, tem que receber tão pouco? Por que a gratificação dele é menor? Por que isso não é corrigido? Quem me conhece sabe que, quando voltei a trabalhar na gestão e a ocupar um cargo... Eu me lembro de que o nosso ex-deputado Chico Leite fez uma reunião. Eu pedi a palavra e disse que essa era uma questão que precisava ser resolvida. Quando concorri ao

cargo, não considerei o valor da gratificação. Quando fiquei sabendo dessa diferença, fiquei indignado. Essa indignação já dura 10 anos. Há 10 anos estamos falando dessa questão, questionando o porquê dessa diferença!

Em diversos momentos, temos a oportunidade de falar sobre isso. Vou dar um exemplo. O deputado Gabriel Magno citou que nossa Secretaria de Educação tem 474 mil alunos matriculados, além dos profissionais que trabalham nas escolas. Sabemos que, todos os dias, pelo menos, mais uma pessoa traz e busca seu filho ou sua filha na escola. O deputado Gabriel Magno colocou 1 milhão e meio. Nós precisamos parar e refletir sobre o motivo de tanta discriminação. Por que somos discriminados? Sinceramente, imaginem se todos nós, gestores, cruzássemos os braços e disséssemos que isso não é de nossa responsabilidade? Vamos esperar o Estado, o Executivo, a secretaria fazerem aquilo que precisam fazer para o ano letivo iniciar? Posso afirmar, com toda certeza, que isso não daria certo.

Nós, professores, colegas da carreira PPGE, que estamos ocupando a função de gestores, temos uma grande importância. Estamos exercendo um papel fundamental na gestão democrática, na busca por educação pública de qualidade. Por que tanta discriminação? Por que os professores e os colegas da carreira PPGE, os nossos amigos, não temos direito a essa valorização salarial? Ouvimos falar muito que trabalhamos por amor. Somos diretores por amor, porque a gratificação não cobre sequer a gasolina. Porém, também queremos justiça. Os nossos amigos militares, bombeiros, policiais merecem, sim, a valorização, mas nós também a merecemos. Essa é a primeira questão.

Sobre a semana pedagógica, realmente, havia muita dificuldade na questão da falta dos nossos colegas de contrato temporário, principalmente, porque mais de 50% – vamos colocar um número baixo –, hoje, são ainda colegas da carreira que estão querendo ser convocados. Nós, que estamos gestores, apoiamos a causa de vocês, tanto da carreira magistério, quanto da carreira PPGE, porque nós estamos realmente buscando a valorização.

Sabemos que o colega que está na situação de contrato temporário está sendo desprestigiado. Alguns dos seus direitos ainda não estão iguais aos nossos, aos dos efetivos. Precisamos, realmente, das nomeações, até para que esse colega, quando passar a ser efetivo, possa, inclusive, permanecer em uma mesma escola, possa construir uma identidade com aquela escola. Conhecemos a situação hoje. Por exemplo, há colega que neste ano está conosco; no ano que vem, por uma situação ou outra, ele vai para outra escola. Isso também é uma dificuldade.

Deputado Gabriel Magno, na minha escola, neste ano, vou ficar com apenas 2 PPGE. Eu prestei atenção no número que o nosso colega Victor Hugo falou. São 10 mil, Victor?

VICTOR HUGO BORBA – Dez mil é a previsão.

PAULO GILENO RIBEIRO – Sim. Estamos com os nossos amigos se aposentando. Eu pergunto: como conduzir uma escola com apenas 2 colegas da carreira PPGE? Então, é urgentíssimo que eles tomem posse, que sejam convocados.

Uma questão que está atrapalhando, digamos assim, quem está exercendo a função de gestor é o bloqueio, por meio da execução dos recursos, devido àquela recomendação, que limita a apenas 120 mil ou 100 mil.

Quero comentar uma situação: em Samambaia, há algumas escolas, deputado Gabriel Magno, com recursos em caixa para fazer melhorias na sua unidade escolar, e os diretores não conseguem executá-los. Enfrentamos dificuldades também quando, por exemplo, o gestor quer executar um recurso e não pode, porque há uma regra, uma licitação ou alguma coisa que interfere nessa questão. Então, essa é uma questão que tem de ser discutida, tem de ser resolvida o mais rápido possível.

Sobre a questão do PDAF ordinário, ele não é suficiente para que as escolas possam conduzir o andamento das ações pedagógicas durante um ano. O Cartão PDAF agora está sendo implantado em todas as escolas. Eu posso citar – o que é uma realidade – escolas que estão com dificuldade para baixar o aplicativo, imaginem para executá-lo! Nós, da associação, recebemos informações de que há escolas que ainda não receberam uniformes, escolas com problemas de mobiliário, salas superlotadas, falta de monitores, falta de educadores sociais voluntários.

Vou concluir a minha fala para deixar que outros colegas também possam falar, mas realmente ainda vemos problemas. Volto a dizer, nós precisamos de valorização!

Gostaria de deixar um pedido: quando o governador for falar com o presidente Lula, para pedir o reajuste dos profissionais que trabalham na segurança pública, que ele, por gentileza, peça também a valorização dos profissionais da educação pública do Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Paulo.

Quero fazer um informe importante. Nesta comissão geral, temos dialogado com o Sinpro. Aliás, este é um pedido dos sindicatos de professores: todas as vezes que entramos no debate de orçamento nesta casa, temos acolhido sugestões do Sinpro e do SAE.

Quero lembrá-los, Paulo, diretores, vice-diretores e supervisores que estão assistindo a nós, de que, no meio do ano passado, fizemos 2 emendas à LDO de 2025. A primeira emenda foi para garantir no orçamento o recurso para os 25% de reajuste no valor da gratificação para os diretores, para os vice-diretores, para os supervisores, para o secretário escolar e para o chefe de secretaria. A segunda emenda foi de equiparação das gratificações dos diretores e dos vice-diretores das escolas de educação infantil e das escolas classes com os centros de ensino fundamental, os centros de ensino médio e os centros educacionais. Essas emendas foram aprovadas nesta casa em junho do ano passado, mas o governador as vetou.

Estou mencionando isso porque acho importante registrar que, em agosto, o Sinpro convocou uma assembleia na porta da Câmara Legislativa, com a presença do presidente desta casa, deputado Wellington Luiz. Naquela assembleia, foi feito um acordo com o presidente da Câmara Legislativa de que iniciáramos um esforço de diálogo com o governo, a fim de que ele reencaminhasse uma nova proposta de LDO que incorporasse as 2 emendas, ou esta casa iria derrubar o veto. A assembleia foi em agosto, isso foi pactuado e foi fundamental a pressão e a mobilização. No final do ano passado, o governo encaminhou uma alteração na LDO de 2025, e nós reapresentamos as 2 emendas, a emenda dos 25% e a emenda da equiparação das gratificações. As emendas foram aprovadas e sancionadas pelo governador.

Por que estou falando isso? Porque, hoje, as gratificações dos diretores, vice-diretores, chefes de secretaria e supervisores têm orçamento aprovado e margem fiscal – segundo o estudo que foi apresentado recentemente pela Secretaria de Economia, há mais de 2 bilhões de reais de margem fiscal. Então, elas dependem de um ato do governador, seja um decreto, seja o envio de um projeto de lei para a Câmara Legislativa, o que tem mais força para incorporar essas gratificações no vencimento e na remuneração das equipes de gestão escolar. Isso é importante, porque houve uma grande mobilização, uma grande luta, muita articulação e foi aprovado. Agora, acho que a pressão, obviamente, continua – não é, Rosi? –, porque, sem pressão, não vai; tem que haver. E as condições objetivas, orçamentárias, financeiras e fiscais estão todas dadas.

Acho que é importante dar esse informe, porque há um processo e uma agenda de mobilização para garantirmos isso. O ideal, já que o orçamento permitia fazer desde janeiro, era que o ano letivo já tivesse começado, em fevereiro, com a correção dessa distorção para os nossos gestores e equipes gestoras nas escolas.

Vou passar a palavra para a Rosilene Silva da Costa, que representa o Movimento Autônomo de Mães, o Mama, que tem sido também um grande parceiro no debate geral do direito à educação, mas, fundamentalmente, à educação especial, à educação inclusiva.

Temos dito que esse estrangulamento – não é, Rosi? – de profissionais e de orçamento impacta primeiro, infelizmente, os atendimentos especializados da rede, que são talvez aqueles que precisariam de mais cuidado, acolhimento, afeto e investimento, mas acabam sendo os que primeiro sofrem e sentem o impacto. E, obviamente, o estudante sente, a escola sente, mas a mãe, o pai e a família sentem muito.

Obrigado pela presença. A senhora é sempre uma grande parceira no debate e na luta em defesa da nossa escola.

Concedo a palavra à Rosilene Silva da Costa.

ROSILENE SILVA DA COSTA – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a mesa na pessoa do nosso querido deputado Gabriel Magno.

Eu fico bastante feliz por esta comissão geral acontecer no dia 20 de fevereiro, porque hoje é o Dia Mundial da Justiça Social. E não há como pensar em justiça social sem pensar em educação.

Nesta mesa, hoje represento o Movimento Autônomo de Mães, que é um movimento que congrega 700 mulheres do DF. É o maior movimento organizado que já houve por creche no Distrito Federal. No ano de 2023, a ação dos parlamentares e da Defensoria Pública e, principalmente, a pressão do movimento social fez com tivéssemos um aumento de mais de 3 mil vagas de creche. É desse lugar que falo hoje.

Antes de ser mãe, em 1998, eu ganhei um anelzinho, e esse anel me tornou professora. Eu também estou aqui na qualidade de professora, como colega de todas as pessoas que estão presentes. Eu ainda trabalho com educação. Eu sou professora.

Quando pensamos na educação e neste dia, que é um dia de pensar em justiça social, e ouvimos a fala do nosso colega diretor sobre a forma como os diretores trabalharam ao longo do último mês... Um dia antes da volta às aulas – as aulas iniciaram no dia 10 –, no dia 9, eu participei de uma atividade e estive numa escola no Riacho Fundo. A diretora e os professores estavam pintando a escola para receber os alunos. Achamos isso lindo. As pessoas vieram falar para mim: “Que bonita a atitude dessa diretora! Era tão lindo ver aquilo. Que dedicação para a educação!”. E nos perguntamos: “Mas onde estava o poder público que não deu condições para que essa escola estivesse pronta? Por que essa diretora não está sendo remunerada? Quem cuida da família da diretora? Quem cuida da saúde da diretora, que amanhã terá de estar às 7 horas da manhã na sala de aula?” Essa é uma realidade que tem sido encontrada.

Eu volto para o meu lugar de mãe, para falar a partir da perspectiva de pais e mães. Ao longo dos últimos anos, construiu-se uma narrativa que coloca as famílias e os educadores – eu chamo de educadores todo mundo que está nesse rol da escola – em lugares antagônicos. Aquilo por que se lutou muito tempo para construir, que foi realmente o conceito de comunidade escolar, está ameaçado nos nossos dias. Muitas vezes, parece que a família, quando chega à escola, já encontra a resistência daquele professor, porque ele tem medo de ser agredido, e a família chega à escola já com medo também de ser rechaçada.

Isso não é uma coisa impensada e pessoal. Não sou eu e a outra Rosilene – o deputado Gabriel Magno falou que a mesa estaria bonita; ela está mais linda com 2 Rosilenes –; não sou eu, mãe, e a professora que está ali; não é o estudante, o senhor que está aqui ao meu lado e o professor; mas isso tudo faz parte de um plano articulado para realmente desestabilizar a educação. Quando todos os outros profissionais recebem aumento, mas os professores e demais educadores não o recebem, estamos dentro de um plano que precariza, de forma absurda, por exemplo, a etapa creche. Eu sinto falta, deputado, do sindicato que representa os profissionais que trabalham nas creches.

No DF, hoje, dessas 470 mil vagas, há vagas que chamamos de vagas públicas, que estão sendo prestadas por entidades privadas. E, se nós que estamos no serviço público temos, hoje, a situação de trabalho precarizada, o que sobra para o sujeito que é celetista ou estagiário que está atuando nas creches?

Agora iniciou o ano, e as mães começaram a conversar. Há excesso de crianças nas creches, não há acolhimento e informação; a infraestrutura das creches é precária. Eu não cheguei ainda à educação inclusiva para falar para vocês. Se, simplesmente, olharmos eles e nós, vamos dizer assim: a creche é ruim, o serviço é ruim e o profissional é ruim. Mas precisamos conseguir ver isso a partir de um projeto, que é um projeto de desmonte da educação, que já aconteceu na etapa creche e que agora se anuncia para as demais etapas de ensino.

Se professores e demais profissionais não estiverem vigilantes, daqui a pouco, aquilo que é uma lei precária – eu preciso chamar atenção dessa casa para isto, deputado Gabriel Magno – que aprovou o Cartão Creche passa a ser a regra. Trata-se de uma solução imediata? Sim, quando eu preciso de vaga de creche, o Cartão Creche me atende, mas o Cartão Creche, hoje, que paga instituições privadas, não tem sequer coberto o valor integral das matrículas.

Então, quando esta casa aprova o Cartão Creche, ela diz para o sujeito: “Você tem de abrir mão do Auxílio Creche que recebe para receber este recurso”. Mas o sujeito chega à escola e precisa complementar exatamente com o valor do Auxílio Creche. Nem o sistema de *voucher* conseguiu ser feito de forma a atender a necessidade da população.

Realmente, isso nos preocupa, porque só vai aumentando o fosso da desigualdade. Existe desigualdade entre as carreiras, e existe desigualdade na população. Aquelas pessoas que não têm condição de pagar por educação recebem uma educação que está, sim, precária. Às vezes, no nosso anseio de professores, tentamos dizer que temos as melhores escolas e que somos os melhores. Contudo, as condições de trabalho que nos são dadas não permitem que a qualidade do trabalho da escola pública apareça.

Agora, chego à educação especial.

Senhores e senhoras, na educação especial, temos recebido denúncias – não há outro nome – de pais e mães que chegam às escolas e são orientados a levar os seus filhos 3 vezes por semana. Os pais dizem: “A direção, a coordenação da escola pode dar me dar um documento dizendo isso?”.

Aqueles que recebem documento têm medo de falar dele, porque têm medo de serem trocados de escola. Outros não conseguem receber esse documento, porque as direções não têm tempo e não conseguem se organizar.

O GE da educação não diz que são 200 dias letivos? Então, por que os estudantes com deficiência não estão tendo esse direito respeitado? Duzentos dias letivos pressupõem que o sujeito vai à escola 5 vezes por semana. Se ele vai à escola 3 vezes por semana, seu direito à educação não está sendo respeitado.

Deputado, no nosso movimento de mães, até temos brincado que não queremos mais conversar com a secretária de Educação. Cansamos. Não adianta nós nos reunirmos com ela. Vamos, conversamos, conversamos, conversamos, levamos proposta, e nada nunca acontece. Queremos conversar agora com quem tem dinheiro. Se não estivermos no orçamento, não resolveremos os nossos problemas. Queremos conversar com quem tem dinheiro.

Então, deputado, hoje, estamos vindo a esta audiência pública. Na próxima vez, vamos querer conversar com quem tem dinheiro nesta casa. Queremos entrar no orçamento. Não existe possibilidade de o aumento sair do papel se ele não estiver no orçamento. Não existe possibilidade de a vaga de creche – que hoje é vaga pública – tornar-se vaga de escola pública se não estiver, de fato, no orçamento, a construção das creches.

Para além da construção das creches, precisamos ter garantia da contratação dos professores, dos monitores, do pessoal do PPGE. Para mim, esses são os colegas que estão realmente levando toda a escola.

Então, nós precisamos ter essa garantia, e hoje nós não estamos no orçamento. Ficamos bastante felizes realmente de esta audiência trazer as famílias para que possamos construir algo que seja coletivo, para que consigamos sair do lugar do “eles” e dos “outros”, porque as famílias estão tão preocupadas quanto os professores e elas precisam ver os professores e os demais trabalhadores da educação como seus aliados.

Que hoje consigamos, de alguma forma, construir uma proposta. Nós teremos de levá-la à Secretaria de Educação. Ela não resolve a questão, gente. Desculpem-me, gente, mas a secretária de Educação não resolve a questão.

Isso está sendo filmado, não é, deputado? Caramba.

Pois é, gente. Vocês ouviram. Eu disse: a Secretaria de Educação não resolve os problemas das famílias do Distrito Federal.

Já foi filmado. Agora eu já disse, e é verdade. Nós não temos essa resolução.

Que levemos para a secretaria – que não resolve a questão –, que levemos para alguma secretaria que a resolva, que levemos para o governador e que levemos para a população, para que pensemos que, daqui a alguns dias, teremos a oportunidade de modificar o que está posto.

Nós temos uma arma na nossa mão. Nós precisamos usar essa arma, que é o nosso voto.

Há um projeto de desfazimento da educação do Distrito Federal, e nós precisamos modificar esse projeto.

Hoje é o Dia Mundial da Justiça Social, e não se faz justiça social sem equidade na educação.

Obrigada, deputado. Obrigada, senhoras e senhores. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado a você, Rosilene.

Muito bom. Muito bom ouvi-la. Acho que já podemos acabar a audiência agora.

Obrigado, Rosilene, de fato. Por isso, nós convidamos a Secretaria de Economia. Nós também queremos falar com quem tem dinheiro.

Acho que é fundamental falarmos sobre uma questão.

Já passarei a palavra ao Victor Hugo para falar em nome do SAE e da carreira PPGE, mas há uma demanda também dessa carreira que dialoga, fundamentalmente, com o tema da educação inclusiva.

No ano passado, conversamos muito com os educadores e com as educadoras sociais voluntárias. São 5 mil educadores sociais voluntários hoje na rede. Nas escolas, na semana pedagógica, houve quase uma briga – é claro – para haver um educador nas turmas, porque eles

ajudam muito. É mesmo o desafio da inclusão. Há desafios. Precisa-se de investimento, de cuidado, de acolhimento, e isso se faz com dinheiro, com gente – não é?

Eles não são nem profissionais. São voluntários que recebem 40 reais por dia. Se eles trabalharem 20 dias por mês, uma média de 20 dias úteis no mês, receberão 800 reais por mês. Isso é a metade de 1 salário mínimo. É óbvio que, na organização, o pleito deles é superjusto: melhorar a ajuda de custo.

Nós estamos iniciando esse diálogo com o governo também, com a economia, que é quem tem o dinheiro – não é, Rosilene? Não dá para aceitar educador social voluntário na escola. A escola precisa de profissionais. É preciso transformar essa turma em uma carreira profissional. Existe isso, inclusive, em nível federal. O MEC já lançou a carreira profissional de apoio escolar, por exemplo. Há um monitor aqui. Isso pode ser uma nova carreira, mas ela precisa ser profissionalizada, com vínculo profissional, piso, salário, progressão, formação, direitos. Nós não podemos tratar a educação no improvisado, no voluntarismo.

Novamente, não estou falando individualmente desses profissionais. A maioria que está na escola, inclusive, tem formação e faz um trabalho de excelência. O que estamos questionando é como o poder público, o governo, trata com falta de prioridade total o atendimento e o cuidado das crianças e adolescentes. Quem está cuidando na ponta das crianças e dos adolescentes que precisam de uma educação especializada, um atendimento especializado, um cuidado especializado? É essa a educação especial? Estamos deixando a educação especial com um profissional que vai receber 40 reais por dia de trabalho. É a falta de prioridade. É preciso inverter essa lógica. (Palmas.)

Hoje, nas escolas, os professores e profissionais estão implorando por isso. Está difícil. De novo, o que atrapalha não é o estudante, secretária. O que atrapalha é a falta de gestão e de prioridade.

Concedo a palavra ao Victor Hugo, representando o SAE.

VICTOR HUGO BORBA – Quero cumprimentar todos.

Tenho muita coisa para falar a respeito do que a Rosilene trouxe.

Todo mundo fala: “Quando vocês vão à Câmara Legislativa, só há reclamação”.

Eu queria começar parabenizando os colegas secretários, os colegas do apoio administrativo, os colegas monitores que nos fortaleceram, no início do ano, para que conseguíssemos colocar o Carência Zero, mesmo com o efetivo baixo, para funcionar; para que conseguíssemos fazer a redistribuição e a distribuição de todos os contratos temporários. Vem da PPGE essa força de trabalho que coloca as coisas para funcionar. O pessoal do magistério ocupa os cargos administrativos também, mas é dentro da PPGE que está esse pessoal.

No início deste ano, acredito que o Carência Zero surtiu efeito. Conseguimos fazer os contratos temporários na semana pedagógica, que é uma demanda do Sinpro há muito tempo.

A questão do transporte escolar também já iniciou o ano resolvido. Então, não estamos com aquele problema. Também foi uma questão de Uniae e do pessoal da carreira assistência.

Não é muito mais do que isso que tenho a falar de bom. Tenho a falar o seguinte: hoje, há – não são 5 mil – são 6 mil educadores sociais voluntários. Eu participei de um trabalho com o doutor Edilson Barbosa, da Moab, a respeito do início de ano e da lotação de monitores e educadores sociais. Eu sou da primeira leva de monitores. Quando chegamos aqui, tudo era mato, ninguém sabia, foi muito antes da LBI vir, antes das regulações e regulamentações todas a respeito da pessoa com deficiência. E nós fomos nos adaptando com o tempo.

Hoje, considerando todos – os monitores que estão em sala e os monitores readaptados –, são 1.449 monitores. São 6 mil educadores sociais voluntários. São 1.449 monitores e 6 mil educadores sociais voluntários. No lugar de cada educador desses, era para termos um companheiro nosso monitor. Mas falam: “Victor, não há como!” Mas, esperem, por que trabalhar com um voluntário e não trazer uma ordem parecida, já que o monitor também é atividade-fim, gente?

Nós não somos atividade-meio, somos atividade-fim. Por que não criar um contrato temporário de monitor? Seria um exemplo, não é o ideal. Vou falar bem a realidade, não é o ideal, mas por que não criar um contrato temporário de monitor para trazer o pessoal com uma contratação fixa, com direito, com tudo? Isso é complicado. Eu sou de uma época em que ficamos em 300 monitores dentro da Secretaria de Educação e, se não fossem os educadores sociais voluntários, estaríamos moídos.

Mas o fato de eles estarem lá, cumprindo sua função, não faz disso uma forma correta de

contratação, não faz disso um programa que, na minha opinião, seja correto. Então, a respeito da falta de monitores, isso é uma questão de muito tempo.

Os remanejamentos e as matrículas foram feitos. Há salas lotadas.

Eu tive uma colega que me ligou desesperada – não vou citar nomes aqui, mas ela é uma monitora diagnosticada com autismo de nível 1, leve, e está atendendo 3 autistas de nível 3 em uma sala cheia, por um erro de estratégia de matrícula. Essa menina foi espancada, deputado Gabriel Magno, por um aluno. Não há o que se fazer nessa questão. O aluno está em uma sala de aula lotada; ele é autista nível 3, comprometidíssimo; saiu do Centro de Ensino Especial e foi colocado dentro de uma sala de aula com mais 18 alunos. Então, o barulho, a superlotação, a superestimulação perturbaram essa criança. O que aconteceu? Ele descontou na monitora, bateu, espancou a menina, deu chutes, tapas e afins. Então, é complicada a questão do atendimento especial.

Há outra questão que quero levantar aqui, sobre o salário, deputado Gabriel Magno, porque o pessoal está falando muito dessa questão. Eu entendo que todo colega professor quer uma melhoria e merece uma melhoria. Mas, como sempre falo, se o professor está ganhando mal, você pode olhar para nós e pensar assim: “Há alguém pior que eu”. Perdão pela brincadeira, mas é verdade, há alguém que está ali ganhando menos: sempre a PPGE.

A nossa carreira tem uma disparidade em relação à escolaridade, em comparação com as outras, muito grande – muito grande. É aquilo que o deputado Gabriel Magno falou aqui: quando você dá 6% de aumento horizontal, você está simplesmente aumentando a desigualdade, porque quem ganha 10 mil reais recebe 600 reais – espero que a sua conta esteja certa –, e quem ganha mil reais recebe apenas 60 reais.

Houve a nomeação de muitos monitores, inclusive acredito que há uma professora aqui que já foi monitora, trabalhou por meio de contrato temporário. Muitas pessoas que trabalhavam por contratos temporários entraram e saíram, porque aguentar a atividade de monitor não é simples. E, para conseguir sustentar sua casa com a carreira da PPGE, está cada vez mais complicado também.

Quando o deputado Gabriel Magno falou de 470 mil alunos, temos que lembrar que são 470 mil alunos na escola pública. Se formos considerar também o ensino privado... A educação é a pasta que atinge o maior número de pessoas no Governo do Distrito Federal, com toda certeza.

Quando fomos falar sobre valores com o governo, foi-nos dito que ganhamos 50% de aumento. Mas esse aumento veio de 18% que foi aplicado a todas as categorias, e foi um aumento na nossa gratificação. Mesmo com esse aumento, que foi resultado da greve – ninguém nos deu, não foi dado, foi algo que conquistamos após 31 dias de greve, brigando e lutando –, o impacto na nossa gratificação não foi grande.

Sinceramente, para a PPGE, hoje, não precisamos pedir um aumento em percentual, o que realmente precisamos é da reestruturação, assim como outros estão pedindo. Precisamos da revisão de todos os cargos, dessas mudanças. Cada vez que entramos numa discussão sobre isso, o problema sempre é o mesmo: não há verba, não há verba, não há verba. Quando ouvimos que foram trazidos da Semob 300 milhões de reais de gastos contínuos para dentro da nossa pasta, o que significa praticamente a folha, o PDAF ou outras coisas que poderíamos utilizar, isso não nos deixa felizes.

Deputado Gabriel Magno, vamos parar o assunto, porque é muita coisa para se falar em relação a diferenças, valores e afins. Mas o que quero dizer é o seguinte: aqui, tivemos também a palavra do presidente da casa, deputado Wellington Luiz, na saída da greve; tivemos o seu apoio e o de vários deputados, e havia o compromisso de se estabelecer uma mesa de negociação em 2024 para levar adiante a reestruturação. No entanto, 2024 passou, e a única pauta atendida foi a revisão das férias nas intermediárias e na sede, uma proposta sem impacto.

Não tivemos uma negociação aberta com o governo, pois, cada vez que levamos o que é demanda e o que é pauta real... Precisamos de 6 mil monitores. Para atender o aluno especial, os professores precisam de pessoas. Há secretarias em que 1 único secretário, que é o chefe de secretaria, está fazendo o trabalho de escola com mil alunos! Se não fosse o professor readaptado, que muitas vezes é colocado para dar uma força, não haveria o que ser feito.

Da minha parte, eu comecei agradecendo pelas coisas, apontando as questões eficientes, mas ainda há muito, mas muito mesmo, o que melhorar para começar a ficar bom.

Muito obrigado pela oportunidade, deputado Gabriel Magno.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, representante do SAE, Victor. São, de fato, muitos desafios, e estamos anotando todos eles para sairmos com uma estratégia comum de

mobilização e luta.

Concedo a palavra à nossa secretária de finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, professora Rosilene Corrêa.

ROSILENE CORRÊA – Oi, gente, boa tarde.

Ouvindo falar do início das aulas, não há como não querer falar um pouco, sorrir um pouco; é triste de ouvir.

Sou a Rosilene, muito prazer. Boa tarde, Hugos, deputado Gabriel Magno, Marcinha, Paulo, todos e todas que estão aqui, bem como os que nos acompanham à distância. Um boa-tarde especial aos meus colegas queridos da direção do Sinpro. Estou vendo que há muitos gestores presentes e acho que não poderia ser diferente, deputado Gabriel Magno.

Uma reflexão que precisamos fazer é a seguinte: estamos falando de retorno às aulas na capital do país, não é em qualquer lugar. Estamos falando de um território com uma renda *per capita* muito alta. Enfim, não estamos falando de qualquer território. Apesar disso, estamos aqui com uma lista gigante de problemas. Ainda brinquei aqui, dizendo que meia hora é pouco para quem vem falar, porque há muitas coisas a serem melhoradas. Essa é a realidade da nossa educação pública, infelizmente.

Deputado Gabriel Magno, parabéns a você e à equipe do mandato por organizar este momento. Tomara que consigamos fazer com que isso chegue a muitas pessoas, porque a sociedade precisa tomar conhecimento de como são as nossas escolas e como é o dia a dia das nossas escolas. Este é o nosso desafio: fazer com que as pessoas compreendam isso, porque, lamentavelmente, o que a imprensa e os governantes, na sua maioria, encarregam-se de fazer – isso não é de agora, é bom registrar – é passar para a sociedade uma imagem de que os trabalhadores da educação têm uma vida muito mansa e que tudo na escola está perfeito. Se não está bom, não é porque o governo não está fazendo a parte dele, mas porque nós não fazemos acontecer, nós não fazemos com que essa educação, de fato, seja boa. Quem está segurando a onda dentro da escola sabe o que é isso.

Eu nunca, na minha vida toda – hoje me aposentei –, assumi a responsabilidade de ser gestora de uma escola. Nunca topei isso, gente, de verdade. Eu topei muitos outros desafios, mas esse não. Não é fácil uma pessoa lidar com todos os segmentos. Quero deixar meu reconhecimento da tarefa que vocês cumprem e que, lamentavelmente, não é reconhecida nem financeiramente e nem pela importância que ela tem.

O Victor Hugo falou da escola. Sem dúvida, nossos espaços escolares são os mais públicos. Há um serviço público gigante, primeiro, porque são as mesmas pessoas – quase meio milhão de pessoas frequentam o mesmo lugar todos os dias, o ano inteiro – atendidas pelas mesmas pessoas. Essa não é uma relação qualquer. Assim, não é por acaso que há tantas pessoas adoecidas. Não se fala disso, porque a saúde desses trabalhadores não está nas preocupações do governo.

Enfim, é difícil listar todos, porque são muitos os desafios no âmbito geral. Não só no Brasil, mas no mundo, estamos sofrendo ameaças. Já é realidade o que o novo momento está nos impondo e nos ameaçando.

Quando falamos do educador social, há os monitores, os professores e as outras funções dentro da escola. Nós, professores, de forma muito equivocada, lá atrás, achávamos que nunca iria acontecer conosco a precarização na carreira de assistência, a não realização de concurso – o que já acontecia em São Paulo, em Minas Gerais. Hoje, a realidade dura é para todo mundo e é em todo o país.

Hoje, quase 60% dos professores regentes da educação básica no Brasil estão na condição de contratação temporária. Essa é uma política de precarização no nosso país. Os estados onde os professores estão ganhando mais que nós, de Brasília, é porque essa política já está mais avançada. É uma minoria os que são concursados e têm salário alto, porque o temporário está em outra tabela e tem que brigar, fazer greve, para que o piso nacional seja pago. Essa dura realidade é geral. Quando falo que isso acontece não só no Brasil, também estou falando das plataformas que estão chegando na educação, que são uma ameaça, substituindo os professores pela inteligência artificial.

Rosilene, as grandes empresas na área da educação estão disputando o orçamento. A bancada de educação dentro do Congresso Nacional não é a bancada de trabalhadores de educação, mas daqueles que representam os donos das grandes empresas e seus grandes interesses. Por isso, o Fundeb está tão ameaçado; por isso, eles querem dar um jeito de desviar todos os recursos; por isso,

eles querem vender serviço, o que significa ser dono dos funcionários das escolas. Daqui a pouco, a tendência é que empresas contratem profissionais para colocar dentro das escolas, por meio de plataformas, e não mais o GDF ou as secretarias municipais.

Em São Paulo, isso já está acontecendo. Os professores não têm mais o direito de pensar pedagogicamente, porque tudo já chega elaborado para eles. Se eles não cumprirem item por item do que está proposto, há um sistema que informa que aquele professor, naquele dia, naquela hora, não está seguindo o que está programado. Há vigilância para isso.

A Rosilene falou em oportunidades, porque não podemos deixar de nos conectar com as coisas. Vamos pensar: de que educação estamos falando e que escola temos? Quando falo dessas condições, todos devem pensar na realidade dentro da escola. De que escola estamos falando? Quem está lá dentro? Quem são nossos alunos e quem somos nós, considerando as condições em que estamos? Há uma delicadeza nessa discussão, pois temos uma demanda e uma necessidade de trabalho. Isso é dignidade, é legítimo, e quem está ali é trabalhador e trabalhadora, independentemente do vínculo empregatício. Mas, se não fizermos esse debate sobre o que significa a precarização dentro das nossas escolas e se não tivermos um forte movimento em defesa do serviço público e da educação pública, não vamos entender que é necessário trabalhadores concursados. O fortalecimento do Estado brasileiro passa por concurso público. O modelo de Estado que estão querendo nos impor é frágil e não visa atender a população, mas, sim, outros interesses de enriquecimento com dinheiro público.

Portanto, devemos fazer esse debate com muita sinceridade, e isso não significa não valorizar ou não reconhecer o trabalho, porque cada um que está nessa condição é vítima. Isso compromete também quem já é concursado, porque não adianta achar que, por ser concursado, está salvo, pois existe algo chamado previdência. Todos querem um dia estar na minha condição de aposentada, e eu quero, inclusive, que haja concurso para haver dinheiro para pagar a minha aposentadoria. Acredito que todos querem isso, certo?

Portanto, as coisas não estão descoladas e também não estão desvinculadas das escolhas que fazemos na hora do voto, como disse a Rosilene. Precisamos falar disso todos os dias. Temos um governo que... Se sairmos da área da saúde e formos para a educação – eu não diria que é pior ou melhor –, isso será muito grave. Na área da saúde, porque as pessoas morrem de imediato, isso se torna mais grave. Estou falando de vida, mesmo. Mas o descaso com que a nossa educação é tratada também condena à morte a médio e longo prazos, porque estamos indicando que a desigualdade social prevalece; que a nossa juventude está deixando a escola, porque nem há essa escola; que as nossas crianças não têm creche. Assim, por mais que as minhas amigas briguem comigo, não consigo pensar na creche apenas como um direito da criança, que é um direito constitucional. Também penso na possibilidade de a mãe trabalhadora estar no mundo do trabalho, de ter sua independência e poder dar dignidade aos seus filhos. A creche é fundamental para a vida, não só da criança, mas também da mãe, da família.

Deputado Gabriel Magno, para concluir a minha fala, só quero dizer que não há muita coisa a comemorar – isso é fato –, mas precisamos olhar para a nossa história.

Tenho muito orgulho de ter feito parte da direção do Sinpro por 15 anos. Sou professora aposentada, mas tenho um papel e uma responsabilidade fundamentais para fazer as mudanças necessárias. Precisamos olhar para a história e reconhecer tudo o que as categorias – trabalhadores da escola e nossos companheiros do SAE – fizeram. Temos de reconhecer nossa aliança, parceria e luta em defesa da educação pública. Se já houve uma educação pública que foi referência, ela pode voltar a ser assim. Se já tivemos o melhor salário do país, ele pode voltar a ser assim. Porém, isso depende da nossa luta – é claro – e também das nossas escolhas políticas, do projeto de sociedade que queremos, das decisões políticas de quem governa e de cada um que vota os rumos da educação pública do Distrito Federal. Portanto, vamos observar os passos de cada um.

Como Darcy Ribeiro dizia, a crise na educação não é uma crise, é um projeto. Definimos a sociedade que queremos e oferecemos a educação para isso. Certamente, queremos uma sociedade mais justa, igualitária e uma escola pública de qualidade para todas e todos.

É por isso que estamos aqui, deputado Gabriel Magno. Muito obrigada.

A CNTE agradece a oportunidade mais uma vez.

Pessoal, quero deixar claro que o deputado Gabriel Magno me pegou de surpresa. Eu estava em outro compromisso e, por isso, cheguei um pouco atrasada, mas isso não estava combinado. Depois eu pago mico de vir para a mesa atrasada.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Mas você chegou na hora.

ROSILENE CORRÊA – Mas não foi bem isso.

Obrigada, gente.

O CNTE agradece. Mais uma vez, obrigada.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Rosilene, é sempre bom ter aqui a nossa CNTE e esses alertas da disputa da educação no Brasil inteiro e na nossa cidade.

Concedo a palavra ao senhor Hugo Leopoldo, representante dos estudantes, que são a razão de ser da escola. Obrigado mais uma vez pela parceria. A Ubes e o Movimento Estudantil têm sempre estado muito presentes aqui.

HUGO LEOPOLDO – Muito obrigado. Boa tarde. Eu preparei algumas coisas para poder falar com base no que estava sendo discutido. Peço desculpas também por ter chegado atrasado.

Eu quero começar reiterando o que foi dito pelas 2 Rosilenes, no que tange ao que passamos quanto a um projeto de educação e um projeto de sucateamento dessa educação. Vivemos dias do avanço do neoliberalismo na nossa sociedade. Refiro-me ao objetivo da direita de ocupar os órgãos do Estado e defasá-los com o objetivo de tornar esses espaços objetos de lucro. É isso que está acontecendo quando falamos da terceirização da saúde pública e da sua privatização nos estados.

Fazendo uma ponte com isso, eu quero trazer exatamente a questão de que o projeto de desmonte da educação pública começa lá atrás, quando sofremos um golpe político, com a saída da presidenta Dilma. O Temer entrou no poder e o primeiro projeto que ele aprovou na educação, depois de fazer uma luta para aprovar o teto de gastos, foi implementar o Novo Ensino Médio.

Quando temos a implementação do Novo Ensino Médio, talvez pela primeira vez, vejamos de uma forma mais incisiva, por parte do governo federal, o que a Rosilene Corrêa falou, que foi a questão do aceno para o setor financeiro, para os *lobbies* empresariais, com o objetivo de tornar a educação objeto de lucro. É isso que temos visto por todo o país.

No Paraná, há uma tentativa muito forte da privatização das escolas. Isso chegou, inclusive, a ser votado, no ano passado. De 160 e poucas escolas, somente 11 atingiram o quórum para ser aprovada a privatização. É exatamente isto: eles abrem uma licitação para uma empresa e essa empresa fica responsável por gerir tanto a administração, quanto a parte da infraestrutura das escolas. Isso é um absurdo que vem tentando ser seguido também em Minas Gerais, com o Projeto Somar, e em São Paulo, onde a desculpa esdrúxula foi a de que se ia tentar privatizar as 50 piores escolas do *ranking* do Ideb. Não que não precisemos levar em consideração os nossos norteadores da qualidade da educação, mas como vamos falar dessa qualidade se, quando saímos do centro e vamos para as periferias, ela muda, principalmente na rede pública?

Eu quero trazer esta ponte: primeiro, implantou-se o Novo Ensino Médio, no governo Temer; depois, nós entramos no governo do ex-presidente, atualmente inelegível, Jair Bolsonaro, que avançou com o projeto de militarização para conseguir fazer com que a educação passasse seus ideais morais para a juventude. Isso se alastra e se firma nos estados onde o bolsonarismo está presente.

É isso que nós enfrentamos no governo Ibaneis Rocha. Eu compartilho muito da tese do deputado Gabriel Magno de que não há como garantir dias melhores para todo o povo se o povo não estiver incluído no orçamento. O que nós temos visto no Distrito Federal é a redução do orçamento de setores essenciais para a sociedade.

Há sucessivas reduções na LOA, ano após ano. O Fundo Constitucional vem sendo cumprido praticamente à risca. Inclusive, diga-se de passagem, se ano passado nós tivemos que lutar para manter o Fundo Constitucional como é hoje, é porque o Fundo Constitucional não é bem aplicado pelo governo.

Relacionado a isso, quero falar que, no que tange à educação, nós somos desvalorizados enormemente.

As escolas do DF inteiro têm uma infraestrutura deficitária. Não há um preparo para lidar com o período de seca, tampouco com o período chuvoso. Mesmo quando há escola com esse preparo, muitas vezes a infraestrutura dessa escola, especialmente a fiação elétrica, não está adequada nem preparada para garantir um ensino de qualidade para o estudante.

O governo do DF fica adiando o problema, jogando a responsabilidade para outros e terceirizando a culpa. É isso que os governos neoliberais fazem. Eles falam que vão resolver, não

resolvem; jogam a culpa em alguém, tentam terceirizar essa culpa. Eles falam que, como eles não conseguem resolver, a responsabilidade é de terceiros, e passam isso adiante.

É muito triste essa situação da infraestrutura das escolas. Como foi mencionado anteriormente, há uma superlotação das salas de aula que, sim, precisa ser debatida. Se há a superlotação das salas de aula, é porque estão faltando escolas, está faltando espaço. A falta de infraestrutura e de espaço impacta os estudantes da rede pública há muito tempo. Inclusive, com o Novo Ensino Médio, o fato de não termos capacidade de competir com a infraestrutura das escolas privadas nos impactou drasticamente.

Esta é uma questão pragmática e necessária: que esses 450 mil estudantes e os mais de 1 milhão de pessoas que estão ligados à educação pública no DF diariamente sejam enxergados pelo poder público. Parece que a secretária de Educação no DF, na verdade, tem desprezo pelo povo. As ideias dela para poder lidar com a onda de calor, no ano passado, foi dar banho de mangueira aos estudantes e propor o Dia do Picolé. A Secretaria de Educação vai dar o dinheiro para comprar esse picolé, ou vai ser, mais uma vez, o professor que irá tirar dinheiro do seu bolso para lidar com a falta de recursos da educação no Distrito Federal?

É inadmissível e inaceitável que essa seja a realidade da educação na capital do país.

Se analisarmos bem, o projeto de militarização das escolas não avançou por meio de um projeto de lei. Ele não foi debatido com a sociedade civil.

Eu parablenizo o deputado Gabriel Magno, porque ano passado nós estivemos aqui presentes, em pelo menos 2 ou 3 ocasiões, para debater a questão. Eles não garantem a qualidade nas escolas de ensino regular. As escolas que eles dizem precisar de maior atenção – com a desculpa, muitas vezes, de diminuir a violência – eles as militarizam e isso piora a violência. Eles afastam o estudante do ambiente escolar.

Eu pergunto: como vamos garantir que os estudantes entrem na universidade quando saírem da escola, se eles não têm como ser preparados para isso, se não se sentem à vontade para isso, se o governo não quer investir nesse preparo?

Se fizermos uma análise, essa questão da educação é tão surreal que o governo tenta atacar até mesmo os mecanismos que a sociedade encontra para resistir. Na semana passada, estivemos aqui debatendo o corte na FAP-DF, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, no valor de mais de 45 milhões de reais. Esse corte afeta diversos setores de toda a sociedade, em especial, institutos que produzem pesquisa e ciência, em tempos em que estes são desprezados pelos nossos governantes.

Acredito já ter conseguido expor muito do que está acontecendo com a educação. Para concluir, quero dizer que, nesta volta às aulas, não temos perspectiva nenhuma de mudança. O governo entregou os uniformes do ensino médio, mas, diga-se de passagem, os estudantes do Ensino Fundamental I e do II ainda não foram contemplados. Ele entregou os uniformes para os estudantes do ensino médio – uniformes, novamente, sem qualidade, sem padrão. Neste ano, volta-se a permitir a venda dos uniformes nas malharias. Quem garante que um governo que serve aos interesses privados não está brincando com a qualidade do que os estudantes vestem para lucrar com isso e ajudar seus aliados a lucrarem também? Não que eu seja contra as malharias poderem vender os uniformes, mas por que o governo não produz também um uniforme de qualidade?

Eu diria que temos muitos enfrentamentos a fazer este ano. Nós temos um grande debate a ser travado sobre a questão da isenção do PAS, pois há diversos casos de estudantes que não conseguem a isenção, mesmo tendo todos os documentos para comprovar a necessidade dela. Isso prejudica a entrada na universidade.

Nós temos uma luta na resistência e no fortalecimento da educação, pois o governo vai tentar militarizar escolas novamente, como foi mostrado no final do ano passado. Ele não vai se sentar novamente para conversar com os professores, como vimos, em uma mobilização que tivemos de fazer para garantir a participação da classe do magistério na semana pedagógica.

É muito triste que, como o diretor mencionou anteriormente, tenhamos poucos motivos para comemorar, mas estou feliz por nossa resistência. Talvez essa seja uma das poucas razões para me alegrar diante de todo esse cenário de desmonte da educação pública para se poder terceirizá-la e lucrar com isso. Nós temos resistido. Nós temos conseguido lotar os plenários e os auditórios para debater a questão e formular métodos para suportar todo esse avanço contra nós.

Então, eu diria que é preciso conseguirmos incentivar os projetos que até mesmo os professores desenvolvem, com iniciativas como o Prêmio Paulo Freire. Precisamos cobrar que o

governo faça isto: que o governo incentive todas as pessoas que produzam conhecimento e ajudam os estudantes a conseguirem garantir a sua formação em tempos tão sombrios, que sejam valorizados, porque, se deixarmos de valorizar quem vem resistindo contra o governo, uma hora vai faltar gente para lutar.

Não podemos permitir que voltemos para o cenário que estávamos na pandemia, sem conseguirmos nos encontrar, sem conseguirmos nos organizar para resistir.

Que consigamos fazer mais encontros como este, que consigamos debater, ao longo do ano letivo, sobre os ataques à Secretaria de Educação e sobre esse projeto de desmonte do ensino público no Distrito Federal.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Hugo.

Vou denunciar aqui que o Victor Hugo disse assim: “Eu queria ter um filho igual ao Hugo”.

Vou passar a palavra para a nossa Marcinha, Márcia Gilda, representando o Sinpro.

Antes, gostaria de agradecer a presença da diretoria do Sinpro: Camir, Berê, Gilza, Ana, Letícia, Leilani, Lucilene, Elineide, Regina, Samuel, Solange, Elbia, João Braga e também da assessoria dos sindicatos e professores, Ana Cláudia Bonina.

Gostaria de combinar o seguinte: há 15 inscrições aqui. Vou ler os nomes dos inscritos: Fabíola, diretora de escola; Samuel Fernandes, do Sinpro; o João Antônio, professor do CEM 2 de Ceilândia; Tailine, estudante do CEM 2 de Ceilândia; Pietra, estudante do CEM 102; Selassie, diretor da Escola Classe 604 de Samambaia; Carlos Augusto, professor do Grupo Zera Aprovados; Mateus, professor da Escola Técnica; Edilene, da coordenação de apoio da Associação DF-DAU; Oneide, diretora do Caic; Izabella, vice-presidenta da União de Estudantes Secundaristas do DF; Juliana Pereira, estudante do Grêmio Marielle Franco, do Centro de Ensino Médio Paulo Freire; Rubens Ribeiro, aprovado da atividades na Secretaria de Educação e Educador Social e Voluntário, no CFGAM; professora Sheila Martins; Helder da Silva, professor da Secretaria de Educação.

Concedo a palavra à Marcia Gilda. Muito obrigado, mais uma vez estamos aqui juntos nesse calendário de luta. Vamos estar juntos no calendário de lutas dessa categoria tão bonita.

MÁRCIA GILDA – Boa tarde a todas, a todos e a todes. Quero cumprimentar o deputado Gabriel Magno e agradecer a oportunidade de, mais uma vez, compor esta mesa para falar daquilo que tanto amamos, gostamos e por que tanto lutamos, que é a educação pública. Queríamos muito estar falando de um ano letivo de educação pública de qualidade.

Aproveito para cumprimentar os demais membros da mesa, que estão aqui comigo, uma excelente representação. Foram muito boas as falas de vocês, porque me tiraram a responsabilidade de falar de inúmeros outros pontos, senão iríamos ficar aqui até amanhã discutindo uma série de coisas. Imagine uma só pessoa falar de pontos tão importantes e sensíveis como todos esses que vocês colocaram – a Rosilene, o Victor Hugo, o Hugo, o Gileno e o Gabriel trouxeram dados extremamente importantes.

Cumprimento também a diretoria do Sinpro, os professores e professoras, o pessoal do Convoca Já, o pessoal do PPGE, os gestores de escola que estão aqui, os funcionários da Câmara Legislativa, enfim, todos nós que tiramos esta tarde para discutir os desafios do ano letivo.

Os desafios são inúmeros! No ano passado estive aqui e percebo, com muita tristeza, que muita coisa não mudou. Aliás, nada mudou. Muitos problemas persistem, e o que entendemos é que há falta de planejamento, falta de política pública, falta de planejamento de curto, médio e de longo prazo.

Desde 2019, por exemplo, a estratégia de matrícula no Distrito Federal aumentou em torno de 60%. Em 2019, eu estava em sala de aula trabalhando com a turma de integração inversa. Eu tinha 15 alunos, um aluno com TEA incluso. Hoje, em São Sebastião, a Leilane sempre conta para nós, há turmas de integração inversa com 25 alunos e a inclusão de 3 alunos. Então, o que entendemos é que o direito à educação está sendo negado aos estudantes, porque não está assegurada a eles a quantidade de alunos necessária para que haja um bom planejamento pedagógico por parte dos professores e da escola, nem o atendimento personalizado ao estudante.

Vemos que não houve planejamento ao longo do tempo para ampliação do número de salas de aula e a construção de novas escolas. Costumamos dizer que temos um governo que não é o governo do planejamento, é o governo do paliativo. Nesse paliativo, o governo vem com os blocos modulares.

Coloca mais 6, 9, 10 salas, mas não amplia o refeitório, não amplia o espaço. Pelo contrário, diminui o espaço até mesmo da área verde nas escolas, cortando árvores para construir esses blocos modulares. Esse recurso deveria estar sendo investido na construção de novas escolas, principalmente nas novas cidades, como São Sebastião, Paranoá e tantas outras que vêm surgindo, porque o crescimento da população é natural.

Todas essas questões impactam diretamente na saúde dos nossos professores e professoras e dos profissionais da orientação educacional e dos gestores, que aguentam o rojão para manter a escola funcionando no dia a dia.

Há a questão da estratégia de matrícula, que tem aumentado assustadoramente. Há um problema seríssimo hoje na rede, que é um sistema inoperável chamado EducaDF. Já estamos recebendo denúncias sobre as dificuldades. Muitos professores em regime de contratação temporária podem ficar sem pagamento, porque a escola não está conseguindo migrar a carga horária desses profissionais para o sistema. Pode ser que tenhamos problemas de pagamento, como tivemos, deputado Gabriel Magno, o ano passado inteiro. Corremos o ano todo atrás de folhas suplementares para diminuir um pouco o impacto da falta de pagamento ou pagamento errado para os nossos profissionais de educação.

Comecei escrevendo um mapa mental, mas o mapa mental já me deixou até desestruturada, porque, se formos falar de todos os problemas, iremos nos perder na fala.

Uma questão, Rosilene, é a das creches. Tínhamos uma creche pública no Distrito Federal. Com o programa da ex-presidenta Dilma, o Programa Brasil Carinhoso, o número de creches expandiu muito. Se essa política pública estivesse sendo implementada, talvez já teríamos zerado o número de vagas por creche no Distrito Federal. Retornamos agora com o PAC. Vamos ver se conseguimos tirar isso do papel e fazer com que, realmente, a questão aconteça.

É um projeto, inclusive, que conta com recurso do governo federal. É o mesmo caso das escolas técnicas e dos IFs. Há dinheiro do governo federal, inclusive, que não está sendo utilizado pelo Distrito Federal, com isso poderemos zerar essas vagas para as creches.

Temos muitos desafios este ano; muitos desafios. Um deles é a recomposição da carreira do magistério público do Distrito Federal. Poderíamos ter, além do plenário, aquela galeria lotada de professores e professoras, orientadores, PPGs, que foram aprovados no último concurso de 2022. (Palmas.) Sabem por que não estão presentes? Porque estão na sala de aula; estão lá ocupando suas carências como professores efetivos da rede. Chegamos à escola e perguntamos: "Quem foi aprovado no concurso de 2022 e está atuando como professor em regime temporário?" A maioria levanta a mão.

Não vamos aceitar essa conta. Queremos dignidade para a carreira do magistério público do Distrito Federal e acabar com as relações de precarização do trabalho. Fazemos isso com acesso ao concurso público.

Quem está hoje representando o Convoca Já e o Zera Aprovados? A comissão de aprovados está presente e não está pedindo favor a ninguém. Eles já cumpriram o seu papel de estudar e passar no concurso, que teve uma nota de corte altíssima. Portanto, só falta vontade política do governador e, por isso, chamamos, mais uma vez, com muita força, aquele grito que é: Convoca Já! Convoca Já! Convoca Já! É isso, Sheila, que está trazendo esse grito. (Palmas.)

Reafirmamos, mais uma vez, o nosso compromisso com todos esses profissionais que foram aprovados no concurso e que têm direito ao ingresso através do concurso público, diminuindo essas relações de precarização do trabalho.

Outro grande desafio que temos é garantir a conquista da nossa campanha salarial. Estivemos por mais de 8 anos congelados e perdemos o nosso poder de compra. Em 2023, começamos a avançar. Em 2025, é o ano em que vamos garantir essa recomposição salarial. São 19,8%, rumo à meta 17, que vamos conseguir implementar a partir da reestruturação da carreira. Para isso, temos um calendário de lutas que foi pensado com muita responsabilidade para essa categoria. Estamos com a responsabilidade, inclusive, de alcançar todas as escolas públicas, são mais de 70, do Distrito Federal. Estamos conversando olho a olho com a nossa categoria e nos mobilizando para as nossas assembleias regionais, porque é na assembleia regional que tiramos dúvida, propomos mudanças, divergimos e construímos a nossa unidade.

Na próxima semana, na terça-feira, haverá assembleia regional em Santa Maria e em São Sebastião. Vamos preparar uma grande assembleia para esse governador cumprir a sua palavra, inclusive de campanha, quando dizia que o professor tinha que ser valorizado e ganhar como juiz, mas

a sua primeira proposição foi judicializar o nosso reajuste, pois estamos pertinho de rever aquele retroativo de setembro de 2015.

Nós precisamos de uma categoria valorizada e vamos mostrar a força da nossa luta, porque se há uma coisa que essa categoria sabe fazer é lutar. Recebemos com alegria, quando se fala em remunerar melhor qualquer outra categoria, nós não queremos a disputa entre o orçamento, o que nós queremos é a equidade no tratamento.

Pesquisas indicam – inclusive, a nota do Sinpro traz isto – que aqueles e aquelas que hoje, infelizmente, integram a triste estatística da socioeducação, do sistema prisional, não tiveram a oportunidade de concluir o ensino fundamental. A educação é a chave que muda a sociedade. Haverá um DF seguro quando a carreira do magistério for valorizada e for aplicada a meta 17, que trata da questão da valorização salarial dos profissionais de educação, e quando for aplicada a meta 20, que trata da questão da valorização dos recursos públicos no investimento em educação.

Então, nós temos esse compromisso com a população do DF e nós exigimos que o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, representado pela Secretaria de Educação, faça todo o esforço possível para implementar nosso plano de carreira e que nos seja colocado também um reajuste linear de 19,8% para, assim, dar continuidade e abrilhantar ainda mais esse trabalho que fazemos, que é de uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

É sempre muito bom estar aqui.

Obrigada e vamos à luta, porque sem luta não conseguimos nada.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Marcinha, e que o governo convoque, reestruture a carreira, valorize o magistério e a PPGE.

Só vou lembrar que, na LDO de 2025, falando de orçamento, está aprovada a autorização para nomeação de 8.517 servidores públicos para carreira magistério e 3.350 servidores públicos para carreira PPGE.

Há orçamento, há margem fiscal, falta o governador querer. Esta é a parte mais difícil: valorizar a educação, mas como eu sempre digo, aprendemos na luta que governo e feijão só com pressão. Então, nossa pressão vai fazer a vontade do governo mudar.

Há 20 inscritos. Se cumprirmos os 3 minutos, conseguiremos encerrar daqui a 1 hora, às 18 horas e 30 minutos.

Concedo a palavra a Fabíola da Costa Farias, por 3 minutos.

FABÍOLA DA COSTA FARIAS – Boa tarde a todos, todas e todes.

Agradeço a oportunidade de falar sobre educação, estando em educação. Sou diretora de escola pública: um jardim de infância no Recanto das Emas.

Eu, o meu vice-diretor e a minha equipe trabalhamos em dezembro e em janeiro, graças a verbas parlamentares. Se não fossem elas, não teríamos trabalhado, porque não teríamos o que fazer. Graças às verbas que o meu vice-diretor conseguiu no ano passado, nós trabalhamos muito com pintura da escola, com reforma da sala de professores e de armários. Porém, não usamos o PDAF ordinário a que teríamos direito.

Iniciamos o ano letivo sem o PDAF ordinário. Começamos o ano com o dinheiro de venda de agendas e de festas do ano passado. Começamos dando o jeitinho brasileiro – como não deveria ser –, com verbas aleatórias e não com verbas às quais teríamos direito.

A nossa escola recebe o FNDE, que é muito pouco, e o PDAF, que é pouquíssimo. Pagamos contador e gás de cozinha, e não sobra quase nada para as coisas das quais precisamos.

Uma coisa da qual uma escola que tem 22 banheiros precisa todos os dias: válvula. É preciso trocar as válvulas dos banheiros porque as crianças jogam peças de Lego e outras coisas.

Então, é fundamental que o PDAF seja aumentado de maneira significativa para que possamos, pelo menos, trocar válvulas de vasos que, todos os dias, entopem nas nossas escolas. Estou falando de escolas de crianças pequenas.

Enquanto escolas de crianças grandes compram microscópio e outras coisas fundamentais para a ciência, ficamos atrás de sifões usados, para que não caia água no chão, e as crianças escorreguem.

Então, não temos o básico, que é o PDAF ordinário significativo que dê para fazermos as coisas básicas dentro da escola.

A merenda chegou, mas não na quantidade toda. Nesta semana, crianças que têm alergia a carne de porco quase a comeram, porque fizemos uma troca no cardápio, visto que chegou metade da proteína.

Então, de manhã, foi servido frango e arroz, a galinhada. À tarde, foi servida a carne de porco. Graças ao sistema de matrículas na secretaria, a professora já sabia quais crianças não podiam comer carne de porco, e elas não tiveram infecção ou alergia alimentar, que são gravíssimas para crianças da educação infantil.

Agradeço ao Victor, da carreira PPGE. O meu vice-diretor também é da carreira PPGE e é fundamental na escola. Eu sou do magistério, e ele é PPGE. Ele é o diretor da tarde, eu sou a diretora da manhã. Todo mundo é diretor na nossa escola. Não há essa divisão. As crianças nos chamam de diretores. Acho que em toda escola é assim: diretor e vice-diretor têm a mesma função. Na ausência de um, o outro está. Precisamos da valorização deles também. São cargos diferentes que executam as mesmas tarefas.

Apesar de estar o meu CPF como unidade executora, agradeço muito ao meu parceiro de gestão, o Caio.

Faltam pessoas da carreira assistência. Na escola, há vigilantes que não podem abraçar as minhas crianças quando elas chegam chorando. Eu preciso de porteiros, de pessoas qualificadas para esse acolhimento. Eles fazem a vigilância patrimonial. Agradeço também aos vigilantes pelo trabalho.

Como a Rosilene falou, as minhas salas de aula estão superlotadas com crianças pequenas da inclusão. Em vez de 15 com TEA nível 3 de suporte, tenho 18! Há educadores sociais voluntários maravilhosos que estão há 8 anos na escola. O próprio Caio tentou avaliá-los dentro de um sistema que não funciona. Quando ele havia feito 25 avaliações, o sistema caiu e ele perdeu todos os dados.

O sistema i-Educar e outros sistemas da secretaria não têm recebido investimentos básicos em informática. Câmeras são prometidas desde 2023 para a nossa segurança. Gestores são agredidos, assediados, ameaçados e nós não temos como provar isso por meio de câmeras, infelizmente.

Eu fui estudante de escola pública e estudante de universidade pública. Sou especialista em educação infantil. Tenho filho matriculado no CEF no Recanto das Emas, no CIL, Centro Interescolar de Línguas. São escolas maravilhosas. Tenho um bebê em uma creche pública, o qual começou a frequentá-la nesta semana. Ela é uma creche que trabalha datas comemorativas, porque os mantenedores trabalham datas comemorativas religiosas que não estão dentro do currículo da educação infantil.

Os governos passarão, mas a escola pública permanecerá e a qualidade dela depende da nossa luta.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem. Obrigado, Fabíola.

Concedo a palavra a Samuel Fernandes.

SAMUEL FERNANDES – Boa tarde, todos e todas.

Cumprimento a mesa na pessoa do deputado Gabriel Magno. Quero cumprimentar os professores presentes, os gestores e todos aqui.

Gente, sobre o início do ano letivo fica uma reflexão: falta de salas de aulas, salas de aulas superlotadas, muitos problemas nas escolas, gestores sofrendo com a falta do PDAF nas escolas. Como iniciar o ano com tantos problemas?

Eu vou utilizar o meu tempo aqui para falar sobre a luta de todos pela recomposição do quadro de professores. Quando falamos de recomposição do quadro de professores, lembramo-nos do número excessivo de contratos temporários na rede. Hoje, pelo menos 60% dos professores que estão em regência estão em regime de contratação temporária. Esse é um número recorde que nunca aconteceu na história do DF.

Finalizamos 2024 com 18 mil professores em regime de contratação temporária. Isso é ruim para todo mundo. Eu vou explicar o porquê. Não porque o contrato temporário seja ruim, até porque eu sempre falo que o contrato temporário é de fundamental importância na rede pública, mas deveria ser para as carências temporárias. Eles passaram por um processo seletivo difícilíssimo, no nível de um

concurso público. Eles deveriam estar lá como concursados, até porque ninguém deu uma carteirada para que ele, por meio de uma indicação, fosse um professor de contrato temporário. Não! Ele passou por um processo seletivo difícilíssimo e deveria estar lá como concursado.

Agora, como o governo faz? Ele primeiramente cria um caos, incha com contratos temporários – a Rosilene comentou muito bem isso – para fazer o quê depois? A terceirização!

Isso é ruim para o contrato temporário, porque, a partir do momento em que terceirizar os cargos, não existirá mais a figura do contrato temporário. Entrará uma empresa que pagará um salário de miséria, sem vínculo nenhum com a Secretaria de Educação, para assumir o contrato. Isso é ruim para o contrato temporário, porque ele não vai ter mais vínculo nenhum com a Secretaria de Educação. É ruim para o professor efetivo. Quem lutará por esses professores? É ruim para o professor aposentado. Quem lutará pelo professor aposentado? Essa luta é por todos.

Um exemplo disso é a carreira de assistência. Hoje, não há mais concurso público para a vigilância. Ela foi terceirizada. Não há mais concurso público para o pessoal da limpeza. Ele foi terceirizado. Não há mais concurso público para as merendeiras. Elas foram terceirizadas.

Então, se continuarmos por esse caminho, vai acontecer a mesma coisa. Há, hoje, pelo menos 5 mil aprovados no último concurso. Nossa luta é para que todos eles sejam nomeados, porque há vaga para isso. Mesmo assim, isso não é suficiente. O governo precisa abrir, logo em seguida, um novo concurso com milhares de vagas. O deputado Gabriel Magno sugeriu que essas 8.500 vagas sejam supridas com professores efetivos, para que possamos fazer a recomposição do quadro de professores e todos vocês que aguardam as nomeações sejam realmente efetivados.

Volto a dizer: a luta é por todos. Juntos vamos conquistar a vitória.

Convoca já! Convoca já!

Obrigado, pessoal. Boa tarde. Vamos à luta. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Samuel.

Concedo a palavra ao João Antônio.

JOÃO ANTÔNIO GOUVEIA E SILVA – Boa tarde.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade que o deputado Gabriel Magno e todos os presentes estão nos dando.

Subo a essa tribuna com o objetivo de relatar apenas alguns dos problemas que enfrentamos, fazendo coro às falas anteriores.

Há um quantitativo de mais de 60% de professores atuando em sala de aula em regime de contratação temporária, como o colega colocou. Esse fato nos permite desdobrar vários pontos.

Em primeiro lugar, o professor em contrato temporário possui menos direitos, está mais fragilizado em relação ao efetivo, não pode progredir na carreira e precisa se submeter, a cada 2 anos, a exaustivas rotinas de estudo para ser contratado por mais um par de anos. Parece-me que esses são apenas alguns pontos, como a mesa bem colocou, de um plano deliberado de enfraquecimento político e precarização do trabalho da categoria docente da educação. Isso demonstra a falência em não se dar atenção à pauta da educação, deixando que se chegasse a um número exorbitante de carências de professores nas escolas. Essas carências são tão exorbitantes que, mesmo quando chamarem todos esses aprovados, ainda haverá milhares de carências na rede.

O resultado dessas ações é um trabalho pedagógico fragmentado, que passa a tomar conta das escolas pela circularidade muito alta que os temporários têm. Isso impacta diretamente na qualidade de ensino que os estudantes recebem, que, aliado aos diversos problemas do novo ensino médio, afasta os estudantes da escola pública de seu futuro, que queremos que seja brilhante. Isso afeta a vida dos temporários enquanto trabalhadores, pois eles estão sempre sujeitos à instabilidade dos seus postos de trabalho. Inclusive, isso aumenta o adoecimento físico e mental de uma das categorias mais adoecidas e desvalorizadas do Distrito Federal e do Brasil.

Essa dinâmica de ter que refazer uma prova de seleção a cada 2 anos, que é a prova de contrato temporário, apenas para ter a possibilidade de continuar empregado causa em nós e nos nossos camaradas de contrato desgaste da saúde e angústia, que é apenas compreensível por quem já passou por essa situação. A lentidão em convocar os aprovados do último concurso aumenta muito essa angústia. Precisamos olhar para a saúde mental também.

Esses aprovados não pedem nenhum favor quando bravejam pelas suas convocações, não

pedem nenhum favor quando exigem que se abra um novo concurso para que outros milhares de temporários que ocupam suas próprias vagas possam se efetivar burocraticamente como professores da rede de ensino. Na prática, são eles que estão efetivando a nossa política de educação.

Portanto, apelo ao governador, às senhoras e aos senhores deputados e às demais autoridades que cumpram os acordos da greve e garantam tudo o que nos permita, nas melhores condições, continuar a servir ao povo de todo o coração, que é o que os professores e professoras do Distrito Federal têm feito.

Além disso, eu gostaria de relatar a questão do sistema EducaDF Digital. Desde o seu lançamento, não houve um ano, um semestre, um dia em que ele tenha funcionado corretamente. Esse sistema vem custando milhões aos cofres públicos e consegue apenas sobrecarregar e adoecer a gestão, a secretaria escolar e professores – aqui tocamos de volta na questão da saúde –, cria confusões e inconsistências nas notas, presenças e outras informações dos estudantes.

Eu poderia seguir com outras reclamações, mas, desde já, agradeço a palavra em nome do Centro de Ensino Médio 2 de Ceilândia e dos colegas.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, João.

Neste momento, concedo a palavra à Tailine, estudante do CEM 2.

TAILINE CRISTINA OLIVEIRA LIMA – Boa noite. Eu queria agradecer à mesa pela oportunidade. Estou aqui representando o Centro de Ensino Médio 2 de Ceilândia.

Eu acho que uma pauta muito importante a ser discutida pelas escolas públicas e estaduais por todo o Brasil é justamente a infraestrutura que não suporta o calor e a onda de problemas climáticos que está por vir.

Vemos que o governo Ibaneis está mais preocupado em militarizar as escolas do Distrito Federal do que em melhorar a própria infraestrutura das escolas, que não tem suporte adequado, como a mesa bem colocou e algumas pessoas mencionaram. O calor é insuportável, a estrutura é péssima, e falta infraestrutura para suportar as salas. As salas estão superlotadas, o que é um problema em todo o Distrito Federal. Além disso, 70% dos professores, pelo menos na escola do Centro de Ensino Médio 2 de Ceilândia, eram temporários – isso quando são saíam na metade do semestre.

Lógico, o novo ensino médio foi uma catástrofe para nós estudantes, que estamos lidando com isso. Há uma falta de preparo para os vestibulares e para as faculdades, apesar de dizerem que ele será bom para o vestibular. Sabemos muito bem que não é, pois não há esse preparo. As escolas públicas do Distrito Federal e de todo o Brasil não têm essa infraestrutura.

Eu queria ressaltar, já que estamos aqui, que a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas também não teve uma presença muito forte quando estava no debate para implementação do novo ensino médio. Foi dito aqui sobre a falta de escolas, mas também não vejo uma mobilização sobre isso.

Eu queria ressaltar que essa é uma movimentação que deveria ser feita, porque sabemos, pela história do Brasil, que os estudantes têm muita força e vontade e devem correr atrás dos seus direitos.

Acho que a representação, não só do Centro de Ensino Médio 2 como de outras escolas que também estão aqui presentes, é muito importante para estarmos aqui e ocuparmos um lugar que é nosso por direito.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Pietra (*sic*).

É sempre bom ter esta casa e este plenário ocupados por estudantes.

Concedo a palavra ao Selassie, que é diretor da Escola Classe 604 de Samambaia.

SELASSIE DAS VIRGENS JÚNIOR – Boa noite. Já é quase boa noite aqui a todas, todos e todes.

Eu não tenho muito para falar, não, porque tudo já foi dito e muito bem. Mas quero lembrar a vocês que estamos passando por um momento surreal, e não é só aqui, é planetário.

Neste momento surreal em que o planeta se encontra, precisamos afirmar em alto e bom tom: nós ainda estamos aqui. E devemos transformar este momento em uma grande resistência. E, assim, Rosi, como ela colocou perfeitamente, eu não teria coragem de estar à frente de uma gestão escolar,

mas lembro que comecei minha carreira na gestão escolar como vice-diretor, porque era mais fácil e tranquilo, pois a Rosi estava perfeitamente assumindo a regional de ensino junto com a professora Dorcas. E tínhamos essa parceria, essa tranquilidade. Então, era fácil, pois falávamos a mesma língua.

Hoje está difícil manter essa resistência. E aí, mais tarde, Márcia, como também chegamos a assumir a regional de ensino, é fácil quando falamos a mesma língua, mas este momento está muito difícil.

Então, é importante, e quero parabenizar a cada um e cada uma que me antecedeu e que falou perfeitamente, abordando muito bem tudo o que foi exposto. E aí, Marcinha, já nem sei mais o quanto disso que foi colocado aqui e que o deputado Gabriel Magno pontuou nas questões matemáticas tem a ver com orçamento, com tudo, já que sempre somos desprezados. Não que nossos parceiros e colegas da segurança não mereçam, mas ventilou-se por aí um percentual que, se não me engano, beirou os 30% ou mais.

Eu já vejo que a nossa camisa está até defasada, mas vamos ali lutar pela nossa recomposição. Vamos continuar lutando. Então, é isso, caros companheiros e companheiras, agradeço a fala. Fico feliz quando reencontramos companheiros, pois somos a resistência.

E é por isso que eu digo: neste momento, nós ainda estamos aqui e vamos continuar nessa luta. Não vou mencionar a idade nem a época, não é, Rosêncio? Acabamos denunciando a nossa idade aqui. Não é, Antônio, que também é companheiro de luta. Um abraço a cada um e a cada uma. E também à Bia, que foi nossa parceira de regional. Obrigado a cada um de vocês e vamos para essa luta.

Um grande abraço. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Selassie.

Ainda estamos aqui e permaneceremos aqui. Não sairemos daqui.

Aliás, quem está preocupado em não permanecer, pelo menos em liberdade, é o ex-presidente.

Concedo a palavra ao Carlos Augusto, da comissão do Grupo Zera Aprovados.

CARLOS AUGUSTO COELHO REIS FILHO – Boa tarde a todos e a todas. Bom, meu nome é Carlos, sou professor, estou também no regime de contratação temporária. Também estou aprovado no concurso da Secretaria de Educação de 2022, e estamos na luta pela convocação imediata de todos os aprovados. Como foi dito, a carência na Secretaria de Educação é gigantesca. (Palmas.)

Tenho um dado que considero vergonhoso: a maior região administrativa, Ceilândia, convocou, no início do ano, 2.407 professores temporários. Nós, que também estamos em sala de aula, ficamos indignados, pois essas vagas deveriam ser nossas, sendo que essa é apenas uma das regiões administrativas, sem contar as outras. Muitas das vagas são vacâncias que deveriam ser ocupadas por professores efetivos. Atualmente, quem está cobrindo essas vagas são professores temporários. Então, precisamos mudar essa realidade.

Eu peço que, se o governador ou a vice-governadora, Celina Leão, estiver ouvindo, que olhe atentamente para essa situação e nos convoque. Na sexta-feira passada, estive com o governador Ibaneis, pedindo, praticamente implorando pela convocação dos novos professores. Ele garantiu, assim como a vice-governadora, Celina Leão, que iria nos chamar até o meio do ano. Não foi citado o quantitativo, mas é uma promessa. Acredito que o governador deve não só chamar, mas zerar o banco, pois é necessário recompor o quadro efetivo de professores na Secretaria de Educação. (Palmas.)

E um dado muito importante: esse último concurso teve a inédita inclusão de cotas para negros, não é isso? Muitos dos professores pretos e pardos também estão no banco de aprovados. Todos nós estamos ansiosos para que haja essa convocação. É importante frisar que é necessário zerar o banco de todas as disciplinas que compõem as cotas raciais.

Por favor, governador Ibaneis, convoque-nos; vice-governadora Celina Leão, faça a recomposição do quadro de professores. É isto o que pedimos, que é importante e urgente: a nomeação de todos os aprovados.

Gratidão, muito obrigado por essa participação.

Convoca já! (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Carlos.

O Mateus, que é professor, já está presente.

Eu peço desculpas por ter chamado a Pietra; na verdade, é o Pietro, estudante do CEM 2.

MATEUS ROSAR – Gostaria de desejar boa noite a todos e todas presentes, ao deputado, à comissão da diretoria do Sinpro e aos demais colegas professores. Só o fato de saber que há mais professores temporários na rede que professores efetivos já é uma afronta para a própria sociedade brasileira. Todos nós sabemos que a finalidade do professor temporário é suprir vagas de professores efetivos que estão adoecidos, que tiraram licença para capacitação ou foram substituir vagas de gestores. No entanto, isso não é cumprido pelo GDF, há muitas vagas remanescentes, aquelas que deveriam ser ocupadas por professores efetivos.

Quero destacar um ponto em relação à valorização dos professores de escolas técnicas, porque também formamos pessoas para o mercado de trabalho. Nossas escolas técnicas precisam, urgentemente, de valorização e investimento para que nossos alunos saiam mais capacitados para o mercado de trabalho, assim como nossas colegas da fisioterapia, nossos colegas da enfermagem, nossos colegas da nutrição e nossos colegas da tecnologia, como eletrônica e telecomunicações. São áreas que precisam de atenção e são negligenciadas pelo governo distrital. Estou aqui para pedir mais investimento nessa estrutura.

Além disso, solicitamos a convocação de todo o banco de profissionais. Mesmo convocando todos, ainda assim continuarão faltando profissionais para suprir a rede. Há pouco tempo foi construída uma escola técnica do Paranoá que, por sinal, é uma escola muito bonita, mas pergunto: onde estão os professores para atuarem e capacitarem os alunos que procuram aquela escola? Essa é a pergunta para todos os presentes. Precisamos também de um reforço para os próprios professores da ETB. Muitos estão prestes a se aposentar. Onde estão os outros que irão entrar para suprirem as vagas?

Era isso que eu gostaria de deixar para os senhores, para o governador, para os deputados e para a sociedade que assiste a nós. Esse é o meu pedido e o meu apelo.

Agradeço por esta oportunidade de fala. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Mateus.

Concedo a palavra ao Pietro, estudante do CEM 2.

PIETRO SERVOLO – Hoje, vim falar de um problema que estamos enfrentando nas escolas públicas: se você não tem um estudante que está bem, você não tem uma escola que está bem. Eu vim falar da saúde mental dos estudantes.

Estamos com um problema muito grande de transtornos como TOD, TOC, TEA e TPAC, que não têm o apoio necessário, além de ansiedade e depressão, que são questões altamente graves, para as quais não temos base pedagógica nas escolas para suportar.

Eu conversei com a psicopedagoga da minha escola. Ela está sozinha para atender 31 alunos. Não há como uma pessoa sozinha suportar 31 alunos, sem contar as escolas onde não há psicopedagogas. Como queremos um aluno concentrado, que tire boas notas se não temos o mínimo de suporte para a saúde mental do aluno dentro da escola? Muitos alunos já têm problemas em casa e o problema se transfere para a escola. Esse aluno terá suporte onde? Não existe suporte dentro da escola pública. Precisamos de suporte dentro da escola pública para que o aluno possa ter um bom desenvolvimento, boas notas e, quem sabe, conseguir fazer uma faculdade ou passar em um concurso público.

Hoje, também faltam professores e profissionais em áreas pedagógicas para os alunos. Isso deveria ser obrigatório, porque muitos professores não entendem a necessidade do aluno dentro da sala de aula. Entramos na sala de aula e há 3 ou 4 alunos com TDAH diagnosticados, que são poucos, pois hoje em dia a grande maioria é de alunos com TDAH, que se tornou comum. Temos pessoas não diagnosticadas com transtornos, e o professor não entende a limitação do aluno, ele quer apenas dar sua aula e sair. Muitos professores fazem isso. Precisamos de professores que entendam as necessidades básicas do aluno. Se o aluno está com ansiedade, ele deve sair, dar uma volta, se acalmar e voltar para a sala para assistir à aula. É isso que precisamos na escola pública, e é o que está faltando.

Precisamos de mais psicopedagogos nas escolas. Algumas escolas não têm nenhum, e outras, como a minha, que têm, mas são muitos alunos para serem atendidos. Como uma escola, que tem mil alunos, só pela manhã – como é o caso da minha escola, o CEM 2 –, tem apenas 1 psicopedagogo para atender a todos? Se um psicopedagogo não consegue atender 31 alunos, vai conseguir atender mil? Nós estamos precisando disso.

A ala de transtornos é muito grande. Eu, por exemplo, tenho TOD e TDAH e procurei ajuda da escola. Muitos alunos não procuram ajuda, mas também precisam ser atendidos e de atenção. Esses alunos vão para a escola e saem como se nada tivesse acontecido. Há uma grande carência de assistência técnica para o aluno. O estudante não é apenas aquele que entra e sai da escola, é aquele que no futuro será importante para a sociedade.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem, Pietro. Obrigado.

Concedo a palavra à Izabella Maia Lourenço, estudante do Centro de Ensino Médio Paulo Freire.

IZABELLA MAIA LOURENÇO – Boa tarde, pessoal. Quero saudar a mesa e todos os presentes, especialmente os estudantes. É lindo ver esse movimento aqui.

Meu nome é Izabella Maia, sou vice-presidente da UES-DF, a União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal. Em nome da UES-DF, vim falar sobre alguns tópicos.

Vamos começar pelo mais famoso que está repercutindo: a proibição dos celulares. Sabemos que o uso excessivo dos celulares impacta no nosso aprendizado e desenvolvimento nas áreas de convivência, tanto nas relações quanto na educação.

Entendemos isso. No entanto, hoje, o celular é uma ferramenta essencial para todos. Nossas vidas, praticamente, estão dentro do celular. Acreditamos que o celular pode, sim, ser usado para o nosso bem, beneficiando não só os alunos, mas também os professores, tornando as aulas mais dinâmicas. Entendemos que o celular pode ser uma ferramenta útil para os alunos. Como o Pietro mencionou, muitos alunos estão tendo crises de abstinência por não estarem com o telefone. Há alunos que precisam do telefone porque não têm ninguém na escola. Às vezes, um aluno não tem amigos e fica conversando com alguém pelo telefone durante o intervalo. Sem isso, observamos que aumentou muito o índice de alunos que ficam sozinhos.

Isso nos leva ao tópico da falta de investimento da Secretaria de Educação no cuidado psicológico dos nossos estudantes. Por que falamos isso? É muito fácil proibir o telefone, mas onde está a assistência de que o estudante precisa? Onde está a ajuda psicopedagógica de que o estudante necessita?

Sabemos que existe o SOE, mas por que não colocamos mais pessoas nele? Há 1 pessoa, 2 pessoas. Na minha antiga escola, no CEM Paulo Freire, havia a Salete, nossa coordenadora pedagógica de atendimento no SOE. A Salete era requisitada por todos os alunos da escola. Havia filas e filas de alunos com crises de ansiedade, porque só havia uma pessoa para ajudá-los. Precisamos aumentar esse número. Precisamos investir nisso.

Também precisamos investir no trabalho com tecnologia nos projetos pedagógicos nas escolas. Precisamos falar sobre a infraestrutura para criar ambientes acolhedores nas escolas. Por exemplo, se vão proibir o telefone, então vamos abrir a quadra para os alunos terem alguma distração? Se vão proibir o telefone e há uma biblioteca cheia de poeira e desorganizada, vamos arrumar a biblioteca para que os alunos possam ler e ter uma área de convivência? (Palmas.)

Precisamos desses espaços. Precisamos de projetos culturais. Em algumas escolas, há intervalos culturais, batalhas de rima. Vamos levar cultura para as escolas, pois precisamos disso.

É muito fácil fazer uma proibição e algumas direções agirem com autoritarismo sobre os alunos, dizendo que não podem fazer isso ou aquilo. Um aluno me contou que os diretores iriam dar suspensão porque ele não poderia ter atendido o pai, que estava passando mal.

Então, pessoal, não é assim que funciona. Querem proibir o telefone, mas não querem dar uma assistência básica para o aluno? Querem proibir o telefone, mas acham mesmo que isso vai dar certo? Imaginem todos os pais enviando mensagens para a direção, a direção consegue responder a todos ao mesmo tempo? A direção vai conseguir? O governador coloca profissionais suficientes dentro da escola para fazer isso? Ele não coloca. Então, proibir é muito fácil.

Precisamos criar projetos para ajudar os nossos estudantes a terem um ensino médio mais tranquilo – e não só o ensino médio.

Agora, eu gostaria de saudar o meu amigo Hugo, diretor de políticas educacionais da Ubes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Quero dizer que a Ubes sempre esteve na ponta dos debates estudantis. A Ubes sempre saiu às ruas para defender os estudantes. Sabemos que ainda

precisamos de muitos avanços, mas devemos reconhecer que, se não fosse a Ubes, não teríamos conseguido muitas das conquistas que os estudantes hoje conseguiram. Eu quero puxar um grito que eu sempre puxo: "Viva a Ubes! Viva o movimento estudantil! Viva a educação pública de qualidade gratuita para todos!" É disso que precisamos.

Eu só quero fazer o gritinho, o Hugo vai fazer junto comigo. Se vocês quiserem repetir, tudo bem – vocês me aplaudiram 2 vezes, eu fiquei superfeliz, eu acho que vocês vão querer: Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento estudantil!

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento estudantil!

IZABELLA MAIA LOURENÇO – Nós não aceitaremos nenhum retrocesso na nossa educação.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem. Obrigado, Izabella. Para estudante eu não peço "conclua", só para os professores. (Risos.)

Concedo a palavra ao Rubens Ribeiro, aprovado em atividades na Secretaria de Educação e educador social voluntário no CEF Gama. Obrigado pela presença, Rubens.

RUBENS RIBEIRO – Boa tarde, praticamente boa noite, a todos do Distrito Federal que estão assistindo à sessão pela TV Câmara Distrital; boa noite à mesa, boa noite a todos que estão na plateia.

Eu quero agradecer este espaço, esta oportunidade. Sou Rubens, professor de atividades, espanhol e também estudante de educação física, além de ser educador social voluntário. Sou aprovado no concurso da Secretaria de Educação, então, antes de mais nada: convoca já! Convoca já! Prorroga já!

Eu trouxe algumas perguntas de colegas que, de repente, vocês podem ajudar a responder. Eu pedi para eles trazerem demandas. A professora Cacá pergunta se vocês pensam que as próximas nomeações serão divididas ou todas de uma vez. É um achismo porque quem está com a caneta não somos nós, os que mais precisam, nem a população, que também precisa do professor na sala de aula.

A professora Kelly pergunta se há um cronograma de nomeações, porque já foi falado que existe alguma coisa em segredo de justiça, e isso não está chegando à população. Pedimos transparência do governo em relação a isso.

A professora Dielen Marinho fez um comentário sobre a importância de haver um chamamento o mais breve possível. Ela quer saber se vocês podem dissertar sobre isso.

Ressalto a fala da professora Rosilene sobre uma carreira que já é adoecida desde o concurso, porque nos deixam nessa ansiedade. Somos pais e mães de família, nós precisamos trabalhar.

Recentemente falou-se na televisão – não sou eu quem estou falando – que os policiais militares têm auxílio para academia. Por que não podemos cuidar também da nossa saúde mental tendo também um auxílio para academia? Deveríamos ter isso para cuidarmos da saúde mental por meio da saúde física.

Somos aprovados no concurso, mas parece que temos que ficar pedindo um favor.

E de repente o deputado Gabriel Magno poderia falar um pouquinho para nós sobre em que ponto a Lei Cláudio Abrantes poderia ajudar a acelerar esse processo de nomeações.

Quero repetir uma fala do presidente da Câmara Legislativa, que eu ouvi junto a um grupo de professores, da comissão dos aprovados e do grupo Zera Aprovados. Ele se reuniu conosco; foi supercordial; chamou-nos para uma salinha e disse que a não prorrogação do concurso feriria o princípio da economicidade. Eu gostaria que nos explicassem o que é esse juridiquês do princípio da economicidade e em que ponto o GDF poderia ser provocado.

Quero agradecer à Márcia Gilda e pedir que ela fale sobre como tem sido as mesas de negociações referentes ao concurso, já que ela e toda a equipe do Sinpro são muito ferozes nessa mesa de negociação, embora nem sempre o governo esteja disposto a nos atender nessa luta. Este é um questionamento do meu companheiro João.

Quero também fazer a pergunta do professor Victor Frota, de química: "Há alguma previsão, para este início de ano, quanto à renovação da validade do concurso e se haverá nomeações expressivas?"

Todo mundo está muito ansioso e disposto a contribuir com a educação do Distrito Federal,

que obtive um Ideb muito baixo.

Convoca já! Prorroga já! (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Rubens.

Quero pedir que os próximos oradores se atenham aos 3 minutos, pois nós temos que entregar este plenário daqui a pouquinho.

Concedo a palavra à Juliana Pereira, estudante, diretora do grêmio Marielle Franco, do CEM Paulo Freire.

JULIANA PEREIRA – Boa noite. Quero agradecer a oportunidade de falar. Quero dar uma boa-noite para a mesa e para todos os presentes.

Eu quero falar sobre vários temas. Primeiramente, quero falar sobre um tema bom, porque começar falando sobre coisa ruim é complicado. Quero falar sobre o fim das eletivas, o que é muito bom para nós estudantes.

Eu esqueci de me apresentar. Eu sou a Juliana, sou do CEM Paulo Freire, faço parte do *marketing* do grêmio Marielle Franco.

Para aqueles que estudaram a vida inteira em escola pública, sempre há aquela divergência com quem é de escola particular. As eletivas deixavam isso muito claro. Eu tinha 1 aula de física na semana. Quando eu fui fazer o PAS, eu não sabia nada de física. Algumas pessoas não têm tempo para estudar em casa, por exemplo, e só podem estudar na escola. Algumas vezes, a escola não oferece uma quantidade suficiente de aulas para isso.

Portanto, as eletivas terem acabado é uma coisa muito boa. Para quem fazia Senac não foi tão bom, porque muitas pessoas faziam Senac no horário das eletivas. Nós fazíamos o curso técnico.

Acabaram as eletivas. Atualmente, quem faz Senac normalmente tem que fazer no turno diferente do turno das aulas da escola, o que acaba prejudicando quem já tinha feito 1 ano de curso e trabalhava. Não há como a pessoa fazer o Senac, ela acaba desistindo do curso que já estava fazendo.

Outro tópico de que eu quero falar é sobre as turmas cheias. Há muitas turmas cheias no Paulo Freire. A minha turma tem quase 50 pessoas. É muita gente! Todo dia, quando eu chego à escola, há uma fila de pais em busca de vagas, mas não há vagas. A escola não tem como ofertar isso.

Eu sou do Itapoã, morei a vida inteira lá, mas nunca estudei em uma escola lá. Graças a Deus, eu consegui uma escola por aqui, porque as escolas de lá normalmente não têm uma infraestrutura e uma qualidade tão boas. Muitos dos meus vizinhos e colegas querem vagas aqui para tentar buscar uma educação melhor para seus filhos.

Eu gostaria de falar de muitos tópicos, mas acredito que não haverá tempo suficiente.

Outro ponto sobre o qual eu gostaria de falar são dos péssimos livros que estamos recebendo. Os livros para estudo são muito ruins. Há um livro de biologia, química e física com menos de 200 páginas. O que há em um livro assim? Não há sequer uma fórmula de física. É muito difícil usar esses livros. Os professores acabam utilizando livros antigos, que são mais práticos.

Quanto à infraestrutura, a da minha escola não é tão ruim. Poderia ser melhor, sim, mas não é tão ruim quanto em algumas outras escolas que já visitei. No entanto, algo que me incomoda muito é a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Não há nada. Se uma pessoa for deficiente visual, não há qualquer recurso. A escola não foi feita para esse tipo de estudante. Não há nada acessível para essas pessoas.

Além disso, quero falar sobre as trilhas. Como estou no segundo ano do ensino médio, estou tendo trilhas. Eu gosto da matéria que escolhi em trilhas, mas os professores não receberam auxílio da Secretaria de Educação para ministrar essas aulas de trilha. Por exemplo, eu estou tendo uma trilha sobre *podcasts*, e os professores precisam exibir filmes sobre o assunto, mas não podem ajudar em algo que não tiveram preparo para falar. Isso é muito ruim.

Seria muito bom se a secretaria ajudasse os professores nesse quesito, se ela oferecesse a eles um curso ou alguma forma de suporte. Não sei exatamente como, mas isso seria muito bom.

Eu acredito que seja isso. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito obrigado, Juliana Pereira. Parabéns ao grêmio Marielle Franco, do CEM Paulo Freire.

Concedo a palavra a Sheila Martins.

SHEILA MARTINS – Boa noite. Eu quero agradecer ao deputado Gabriel Magno, à mesa que está composta e a todas as pessoas presentes. E, apesar de não estar na minha fala inicial, quero agradecer a presença do nosso público alvo: os professores e os estudantes que estão presentes hoje. Ver estudantes falando com propriedade sobre educação nos enche de orgulho e nos lembra do porquê estamos nesta profissão tão desvalorizada.

A precariedade da educação resulta da descontinuidade da educação e da supressão do direito dos estudantes a uma educação de qualidade, uma educação que mostre aos estudantes que eles merecem atividades com qualidade, atividades que vão além do ato de educar.

O que significa ir além do educar? É mostrar ao aluno que, durante os intervalos, ele pode ter atividades que complementem as suas necessidades. Se o aluno não tem um celular, podemos, sim, oferecer uma dinâmica para ele nos intervalos. Mas será que o governador, os nossos governantes estão preocupados com isso? Eles estão preocupados se os nossos alunos terão, durante o intervalo, essa complementariedade? Não estão. Infelizmente, não estão.

O serviço público é um direito da população, porque, por meio dele vem a transparência do serviço. Quando não nomeamos pessoas capacitadas para essa área, deixamos que o nosso melhor seja desqualificado. Então, nessa pauta, eu vou colocar algo muito interessante.

Eu já trabalhei em todas as áreas da educação. Sim, já trabalhei como faxineira e como professora. O educador voluntário, como foi citado aqui... Eu tive a honra de ter como minha vice-diretora – ela estava aqui há pouco e saiu – a Angélica, que foi uma mestra para mim.

A Angélica me mostrou que, quando se tem uma escola com uma boa gestão e essa boa gestão valoriza um professor que está ali... Porque muitos dos profissionais, deputado Gabriel Magno, que estão hoje como educadores temporários são aprovados. E sabe quanto que eles recebem, quando recebem? Recebem R\$880,00 por mês.

Agora me diga como é que uma pessoa que recebe R\$880,00 por mês consegue colocar o pão e o leite em casa? Um professor que investiu em qualificação na educação, investiu em conhecimento, está sendo desvalorizado. E isso é algo que nos deixa totalmente tristes. Um professor que, de 2 em 2 anos, faz uma prova de concurso temporário e vive uma incerteza em sala de aula, por não ser chamado para o efetivo e por não ser chamado para professor temporário, tem que fazer serviços que não são da área, como o de faxina, como o serviço bicado.

Gente, isso deixa a pessoa com doenças psicológicas. Nós temos, sim, pessoas dessa forma. Temos professores que estão com o seu psicológico totalmente abalado.

Venho aqui para agradecer e também para falar que o Sinpro está, sim, com autonomia e nos representa muito bem. Márcia Gilda, Rosi, temos muito a agradecer a vocês por essa luta conosco. Eu estou aqui, hoje, não só como aprovada, mas como defensora da educação. Eu peço que a educação venha em primeiro lugar. Eu quero que Brasília seja referência na educação do país.

No ano passado, eu levei à reunião um dado que comprova que estamos em sétimo lugar na educação do nosso país. É uma vergonha Brasília, a capital, estar em sétimo lugar. Não queremos mais estar em sétimo lugar, queremos o primeiro lugar. E, para que haja esse primeiro lugar, assim como vários colegas presentes aqui, hoje, aprovados na Secretaria de Educação, peço a nossa efetivação. Pedimos que esse nosso direito nos seja dado.

Lutamos em um concurso com mais de 94 mil pessoas. Nós somos, sim, aprovados. Superamos as nossas expectativas. Vou só apresentar alguns dados aqui, rapidamente: professoras com câncer se superaram e conseguiram passar; mães com mais de 3 crianças com TEA conseguiram passar e estão esperando ser chamadas.

A LDO aprovada de 2025 tem previsão para mais de 8 mil professores aprovados. Estamos aqui, hoje, pedindo: Convoca já! Esse é um direito nosso para ser exercido. E, aos estudantes que ali estão, nosso agradecimento. Nós, professores, estamos aqui para ajudar vocês em todos os âmbitos de sua vida.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Sheila.

Concedo a palavra ao Helder da Silva.

HELDER DA SILVA – Boa noite! Eu sou o professor Heldinho, da Comissão dos Aprovados, e venho à tribuna agradecer ao deputado Gabriel Magno e ao Sinpro a dedicação e empenho na luta dos aprovados. Quero que zerem todos os bancos. O objetivo é que zerem todos os bancos dos aprovados,

de todas as áreas, licenciaturas e afins. Que venha um novo concurso, porque precisamos do fortalecimento dessa categoria o mais rápido possível. Há um sucateamento, há um descaso.

Parabenizo o deputado Gabriel Magno pelo Prêmio Paulo Freire. Há prêmios em todos os setores e categorias, mas quem premia o professor? Esse é o projeto mais lindo que temos, porque nele mostramos talentos investindo na autonomia e na esperança de nossas crianças e adolescentes. Além disso, é um ato de lisonja ao professor que está na sala de aula e ainda tem tempo de pensar em um projeto para seus alunos.

Eu poderia finalizar citando Paulo Freire, mas vou praticar Paulo Freire: serei nomeado e quero que os colegas que não foram aprovados neste concurso passem no próximo e sejam nomeados também. Muito obrigado. Convoca já!

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Convoca já! Obrigado, Heldinho.

Concedo a palavra à Elineide.

ELINEIDE RODRIGUES – Boa tarde a todas e todos. Vou pedir licença para ceder meu espaço à Simone, uma aprovada que está ali, querendo muito falar, mas com muita vergonha. Ela está gelada e tremendo. Falei para ela: “Não tem mistério nenhum; vamos lá, que você vai falar!”

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Para quem encara a sala de aula, este microfone é fichinha! (Risos.)

ELINEIDE RODRIGUES – É o pessoal da fisioterapia querendo ser chamado para as escolas técnicas.

SIMONE – Boa noite, gente. Tudo bem? Meu nome é Simone, sou fisioterapeuta. Também sou uma aprovada no concurso da Secretaria de Educação para professor de fisioterapia.

Deputado Gabriel Magno, gostaríamos de pedir ao senhor e a todos a possibilidade de sermos nomeados. Há áreas que poderiam ser ocupadas, como a área da escola técnica. Também há um projeto de ecoterapia da Secretaria de Educação, com a Ande, para o qual poderiam ser nomeados mais fisioterapeutas para trabalhar com crianças autistas e especiais. O fisioterapeuta se adequa à prática da ecoterapia, auxiliando as crianças no tratamento. E, na educação precoce, também poderiam ser nomeados fisioterapeutas. Atualmente, só ficam os professores de educação física. Na educação precoce da Secretaria de Educação, queremos ser inseridos também para reabilitar as crianças.

Queremos agradecer a palavra. Agradecemos, também, ao Sinpro, que está nos ajudando muito. Peço que convoquem todos os professores da Secretaria de Educação que foram aprovados.

Muito obrigada. Convoca já! (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado. Maravilhosa fala. Já está treinadíssima. E é do time campeão do torneio Paulo Freire. Este ano vou jogar de novo o torneio Paulo Freire. Recebi propostas de diversos times que me queriam como camisa 10 (Risos.), mas sou fiel ao time de São Sebastião. Perdemos muito, mas o que importa é o coração.

Concedo a palavra ao Antônio.

ANTÔNIO AHMAD YUSUF DAMES – Boa noite a todos os companheiros e companheiras presentes. Saúdo a mesa, saúdo o nosso plenário.

Deputado Gabriel Magno, falar de educação e avaliar o início do ano letivo tem que se tornar uma prática nossa, sempre que pudermos. Falamos dos nossos problemas, que foram muito bem elencados, falamos da nossa carreira. Os companheiros da carreira assistência nos deixaram muito a par da realidade.

Como foi falado pela companheira, iniciamos o ano com nível de precarização imenso, desde os anos iniciais até o ensino médio.

Sou o professor de história Antônio Ahmad, do Cemab Taguatinga. Trago um pouco dessa dura realidade do início do ano: internet, EducaDF Digital, dificuldades, salas lotadas.

Qual é o papel do Governo do Distrito Federal na valorização das nossas categorias na educação? Quando o governador faz um ato com um setor do serviço público e anuncia aumento, ele cria um corte de classe gigantesco, tirando os outros setores. Não vamos permitir que isso aconteça por conta da importância que tem a educação. Então, senhor governador, olhe pela educação pública com respeito. Olhe pelos nossos anseios. Tenha a capacidade de se sentar conosco, negociar e atender a todos os anseios que temos na educação!

Para finalizar, parabeno os companheiros presentes, os alunos e os companheiros que lutam para serem convocados. Precisamos muito de concurso e precisamos dessas nomeações para que nossas carreiras sejam valorizadas. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Antônio.

Concedo a palavra à Samara Martins.

SAMARA MARTINS – Primeiramente, boa noite a todos. Meu nome é Samara, sou estudante do Centro de Ensino Médio 2 de Ceilândia.

Eu gostaria de fazer uma observação para a União Brasileira dos Estudantes sobre a movimentação de vocês, principalmente, nas periferias do Distrito Federal, exclusivamente, na Ceilândia Norte, no Sol Nascente e na Estrutural, 3 lugares esquecidos pelo governo e, aparentemente, pela Ubes também.

Se vocês fazem movimentações, eu gostaria de perguntar onde, pois elas podem até acontecer, mas indo aos alunos da periferia, alunos esquecidos, negros, às vezes, até indígenas, porque nós somos largados pelo Estado nesses lugares.

Nós seguramos raiva, também sentimos ódio e gostaríamos de participar dessa questão com vocês, porque é essa raiva e esse ódio que fazem com que nos organizemos e nos unamos.

Eu gostaria de fazer esse questionamento, porque a última manifestação realmente forte em defesa da democracia foi em 2023, já estamos em 2025, e há muitas pautas para serem conversadas. Peço que vocês olhem para a periferia, para as pessoas de escola pública, principalmente, do Sol Nascente, lugar muito esquecido, para nos dar voz – não só para os alunos, mas também para os professores, que também merecem isso, com toda certeza. Deixo esse questionamento.

Por favor, debatam, conversem. Nós, de Ceilândia Norte, do Sol Nascente e da Estrutural, queremos ser lembrados, porque seguramos raiva. Também queremos disputar contra a direita. Nós também somos muito inteligentes. Não podemos ter os mesmos tipos de acessibilidade que vocês, que estudam na Asa Sul, na Asa Norte, têm, mas nós estamos no mesmo lugar e lutamos pelos mesmos direitos. Então, por que nós estamos excluídos? Por que nós não recebemos essa movimentação nos nossos lugares também?

É isso. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Samara.

Concedo a palavra à Cleonice Bohn, presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

CLEONICE BOHN – Boa noite. Eu estou na presidência da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, representando, em primeiro lugar, a nossa filha Giovanna, que está aqui comigo, que tem 15 anos.

Eu queria cumprimentar a mesa na pessoa do deputado Gabriel Magno, que sempre está conosco, numa parceria, na luta pela melhoria da inclusão. Cumprimento todos que estão no plenário e aqueles que assistem a nós.

Fizemos esse encontro o ano passado, tomara que se torne prática vermos como se iniciou o ano letivo. Nós trabalhamos nas férias, para ver se o ano letivo iniciava diferente. Houve o compromisso da secretária de que não faltaria monitor nem educador social voluntário.

No entanto, está aqui a Giovanna, do 9º ano do Centro de Ensino Fundamental de Sobradinho. Lá há 3 pessoas com deficiência – 1 é autista –, numa turma de 33 alunos, e não existe apoio. Na escola, há 34 pessoas com deficiência e 5 apoios – 1 é da educação integral, então há 4 para a escola. Nós entendemos tudo o que foi dito aqui, todas as faltas: Falta isso, falta aquilo, falta isso, falta aquilo, mas nós estamos aqui. Eu só queria perguntar onde estão os parlamentares. Entendo que, numa comissão geral, deveria haver mais parlamentares, pelo menos nos ouvindo, se não quisessem dizer nada. Onde eles estão?

Nós estamos precisando de salas de aula, pois as nossas estão entupidas, com 39, 40 alunos. Na nossa escola, disseram que podem colocar 39 alunos em uma sala de aula.

Eu demorei para chegar aqui porque estava numa reunião do AEE. Ficamos, por 2 anos, sem professor de AEE. Fomos à Defensoria Pública. Corri muito para estar lá e estar cá, mas conseguimos. Hoje, tivemos a primeira reunião para retomar esse trabalho.

A presença de só professores temporários é uma vergonha! É uma vergonha! Eles não criam vínculo com os estudantes e com a comunidade. Os alunos não conhecem seus professores. A minha época, professor era autoridade. Hoje, o professor é desrespeitado, o tempo todo. É uma vergonha como anda a educação.

Mas não sei se adianta relatar, relatar, relatar. Eu venho a esta comissão geral falar pela deficiência. Não falo pela minha filha que tem síndrome de Down, mas por todos. Estou em vários conselhos.

Existem meninos que precisam trocar a bolsa de colostomia, e as mães vão à escola fazer isso. Existem meninos com alimentação seletiva, e as famílias têm que levar a comida à escola. Já há lei no Distrito Federal sobre isso.

Listamos vários casos nesta semana, e a defensora pública nos ajudou, de novo, fazendo a notificação à Secretaria de Educação. Continuamos levantando os casos porque, quando retomamos a conversa com a secretária, em janeiro, ela disse que são casos isolados e que nós devemos nomear e dizer onde eles estão. Estamos falando que é um caos geral. Bastava terem ido à reunião de hoje. Eu estava com 34 diretores de escolas que não têm transporte, merenda ou monitor. Falta tudo. Já falamos sobre isso.

Estou em alguns grupos desta casa. Neles falamos que precisamos de uma legislação no Distrito Federal para pararmos de nos reunir aqui, cansar, correr e gastar gasolina e tempo. A lei que eu proponho é para que as aulas não sejam iniciadas, se não houver o necessário para todos, especialmente, para os alunos com deficiência! Não é possível!

Vamos fazer uma legislação! Vou propor uma legislação nesta casa, e vamos ver quem tenta nos ajudar! Não permitam mais o início das aulas sem o necessário! É igual a carro: se não estão com o cinto de segurança, não liguem o carro. Não dá para a mãe levar o filho, o menino vomitar no muro e não poder entrar na escola porque não há monitor. A mãe tem que voltar para casa com o seu filho e não pode trabalhar. Ou a mãe está no trabalho e é chamada porque não há quem fique com o seu filho, já que o professor temporário foi chamado na semana passada e, nesta semana, já foi embora, uma vez que ele não tem vínculo nenhum.

Eu queria demais agradecer por este momento.

Peço desculpas por ter me exaltado. Realmente, é o caos o que acontece no Distrito Federal. Para mim, não há outra palavra.

Acho que a luta é de todos nós: famílias, sociedade, professores e alunos que estão aqui.

Muito obrigada por este momento. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Cléo. Foi muito importante o seu depoimento. Depois, nos encaminhamentos, vamos respondê-la.

Concedo a palavra à Adriany Leão Lemes, mãe atípica e membro do Movimento Mama.

ADRIANY LEÃO LEMES – Boa noite, deputado. Eu queria agradecer o seu olhar sobre a inclusão. Venho complementar a fala da nossa colega em relação às crianças especiais.

A falta de vagas próximas de casa para essas crianças dificulta muito para uma mãe atípica que precisa enfiar o seu filho dentro de um ônibus e levá-lo com todas as dificuldades sensoriais e rigidez cognitiva até uma escola longe da casa dela.

Peço encarecidamente um olhar diferente para o Centro de Ensino Especial de Taguatinga. As crianças que frequentam o centro não conseguiram participar, de alguma forma, da educação inclusiva, porque elas têm rigidez cognitiva extrema, dificuldade de comportamento e o não entendimento de algumas regras. Apesar de a escola ter muito amor, ela está depreciada. Os professores são muito envolvidos, as diretoras são maravilhosas, mas a escola precisa de ajuda.

O parquinho está destruído, não está em condições de uso. É muito difícil você ensinar para uma criança que tem uma rigidez cognitiva que ela não pode usar o parquinho porque vai se machucar. Ela não tem noção de perigo e muito menos entendimento de que ela não pode usar o parquinho. Ela só vê um parquinho. Isso está gerando crises com as crianças na escola.

Outra coisa, o aquecedor da piscina está estragado há 1 ano. A escola passou o ano, pedindo o aquecedor da piscina para desenvolver habilidade motora das crianças com deficiências múltiplas, trabalhar a sensibilidade das crianças autistas, mas a piscina está fria. Elas não podem utilizar a piscina. Se eles colocarem uma criança, que já tem problemas de deficiência, dentro de uma piscina

gelada, poderão gerar outros transtornos para elas que não vai ser favorecimento para os pais.

O mais impactante hoje é que o centro recebeu 70 novas crianças sem infraestrutura para colocá-las naquele espaço. A solução que o governo encontrou foi retirar alguns alunos que não estavam mais em idade escolar e fazer um revezamento. Em vez de abrir um centro de convivência onde essas crianças pudessem desenvolver suas habilidades motoras e sociais que eles tanto necessitam, eles simplesmente selecionaram alunos que terão que revezar a frequência na escola. Essas mães vão fazer o que com essas crianças? Vão parar de trabalhar? Porque no horário em que elas trabalhavam e a criança estava na escola, agora elas não podem mais trabalhar.

Nós precisamos ampliar o centro de ensino. Precisamos revitalizá-lo. As paredes estão destruídas, as tomadas estão expostas. As crianças que frequentam o centro não têm a menor noção de perigo. A escola precisa de ajuda.

O deputado já contribuiu para a ajuda da escola, mas é insuficiente o que a escola recebe hoje para manter isso.

O mais preocupante hoje são esses adultos não funcionais que não estão frequentando a escola diariamente e que, a cada dia, têm menos estímulos, porque o governo não fornece terapia. Não existem lugares para essas pessoas se tratarem. Não existe uma clínica-escola para a qual eles possam ser encaminhados. Eles ficarão marginalizados dentro de casa sem acesso ao desenvolvimento, sem acesso às políticas públicas e, muitas vezes, sem acesso à alimentação, porque muitas das crianças que frequentam aquele centro vão à escola para comer.

Isso é preocupante e eu queria um olhar especial para o Centro de Ensino de Taguatinga. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado.

Pessoal, nós vamos precisar, de fato, entregar o plenário. Já chegaram algumas pessoas da banda para a próxima atividade. Eu farei um encaminhamento muito objetivo.

Quero anunciar a presença do Alex, assessor do deputado Chico Vigilante, que está acompanhando a comissão geral.

Anotamos todas as falas e reivindicações. Como eu disse no início, vamos acionar os órgãos competentes de controle e do Poder Executivo diante das várias graves denúncias que foram apresentadas em relação ao EducaDF, ao livro didático e aos blocos modulares.

Quero terminar lamentando e fazendo um registro. Secretária, o fantástico mundo da Hélvia e do Isaías –, onde está tudo perfeito nas escolas e os problemas apresentados são pontuais e nunca estruturais e a culpa nunca é deles –, não é o mundo real. Essa não é a escola real em que os professores e servidores atuam com responsabilidade, junto à comunidade escolar, aos grêmios estudantis, aos estudantes e suas representações.

Falo isso porque, mais uma vez, a senhora Hélvia está na casa, neste exato momento, participando da posse da direção do Cref, que deve ser, para a secretaria de educação, mais importante do que ouvir a própria secretaria. O Cref é muito simbólico porque existe, hoje, inclusive, uma disputa na escola contra o Cref, que é ingerente sobre o papel dos professores de Educação Física. Então, é lamentável que ela tenha preferido essa opção. Ao invés de dialogar com a CEC desta casa e com os professores, servidores, estudantes e pais de alunos, a secretária de educação está, neste exato momento – isso é legítimo, a agenda é dela –, na posse da direção do Cref.

Aliás, terminamos dizendo: fora, Cref, das nossas escolas! (Palmas.)

Quero reforçar isso e responder à pergunta feita sobre a nomeação. O Sinpro marcou uma reunião com os delegados sindicais na escola. Dia 27 de março, haverá assembleia com indicativo de paralisação e serão dadas as informações. Faço esse convite a vocês. Várias pessoas acompanharam a nossa representação. Foi muito importante a denúncia que o Sinpro apresentou também ao Ministério Público de Contas e ao Grupo Agir sobre a ilegalidade dos temporários, o que desrespeita a lei dos concursos públicos no Distrito Federal.

Nós estivemos no Tribunal de Contas semana passada fazendo a sustentação oral da defesa que está na fase final de deliberação. Por que estou falando isso? Porque para nós isso é importante. Estamos na expectativa de que a decisão do tribunal seja determinar a nomeação imediata para corrigir a ilegalidade em que a secretaria de educação está atuando. É isso que esperamos que a Corte de Contas possa decidir e isso ajuda na apresentação de um cronograma. Não será só a ação e determinação da Justiça; é a nossa mobilização que vai fazer com que possamos avançar.

Convoco a Adeep; o Sindicato dos Professores; o SAE; a Mama, em nome das famílias, das mães e dos responsáveis dos nossos estudantes; a Ubes; e todos os grêmios estudantis.

Coloco o nosso mandato à inteira disposição da luta em defesa de uma escola pública gratuita, de qualidade, com profissionais valorizados e com direito à educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos respeitados.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Agradeço aos servidores da Câmara Legislativa: ao cerimonial, à polícia legislativa, Dipol; ao Setor de Apoio ao Plenário, ao serviço de copa, à TV Câmara Distrital e à taquigrafia, que faz um grande esforço no apanhamento dos diferentes nomes, mas é importante tudo estar registrado.

Vamos encaminhar para todos vocês tudo o que foi dito aqui. Seguimos conversando, na luta e na mobilização.

Viva a nossa escola pública no Distrito Federal! Vivam os nossos profissionais! Viva a comunidade escolar! Vivam os estudantes!

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Adeep-DF – Associação de Diretores e ex-Diretores das Escolas Públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal  
AEE – Atendimento Educacional Especializado  
Ande – Associação Nacional de Equoterapia  
Caic – Centro de Atenção Integral à Infância e ao Adolescente  
CEC – Comissão de Educação e Cultura  
CED – Centro Educacional  
CEF – Centro de Ensino Fundamental  
CEF GAMA – Centro de Ensino Fundamental do Gama  
CEM – Centro de Ensino Médio  
Cemab – Centro de Ensino Médio Ave Branca  
CIL – Centro Interescolar de Línguas  
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
Cref – Conselho Regional de Educação Física  
Dipol – Diretoria de Polícia da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
ETB – Escola Técnica de Brasília  
FAP – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
GDF – Governo do Distrito Federal  
GE – Grupo de Estudos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IF – Instituto Federal  
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal  
LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
Mama – Movimento Autônomo de Mães  
MEC – Ministério da Educação  
Moab – Movimento Orgulho Autista Brasil  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAS – Programa de Avaliação Seriada  
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira  
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional  
ProEduc – Promotora de Justiça de Defesa da Educação  
SAE-DF – Sindicato dos Trabalhadores em Políticas Públicas e Gestão Educacional de Suporte Operacional, Administrativo e

